

RHUAN CARLOS FERNANDES

NA FRESTA DO APAGAMENTO:
O KÊNIA CLUBE PATRIMÔNIO NEGRO DE JOINVILLE/SC

JOINVILLE

2024

RHUAN CARLOS FERNANDES
NA FRESTA DO APAGAMENTO:
O KÊNIA CLUBE PATRIMÔNIO NEGRO DE JOINVILLE/SC
IN THE DELETION GAP:
KÊNIA CLUB, BLACK HERITAGE OF JOINVILLE/SC
EN LA GRIETA DEL BORRADO:
EL KÊNIA CLUBE PATRIMÔNIO NEGRO DE JOINVILLE/SC

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra. Luana de Carvalho da Silva Gusso

Co-orientadora: Dra. Roberta Barros Meira.

JOINVILLE

2024

Termo de Aprovação

"NA FRESTA DO APAGAMENTO: O KÊNIA CLUBE PATRIMÔNIO NEGRO DE JOINVILLE/SC"

por

Rhuan Carlos Fernandes

Banca Examinadora:

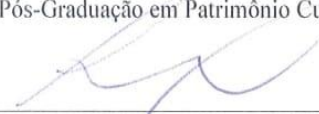
Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Coorientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Giane Vargas Escobar
(Uni-PAMPA)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 27 de fevereiro de 2024.

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

F363a	Fernandes, Rhuan Carlos Na festa do apagamento: o Kênia Clube patrimônio negro de Joinville/SC / Rhuan Carlos Fernandes; orientação Dra. Luana de Carvalho da Silva Gusso; coorientação Dra. Roberta Barros Meira. – Joinville: UNIVILLE, 2024. 105 f.: il. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville) 1. Negros – Sociedades e clubes. 2. Negros – direitos fundamentais. 3. Negros - Canções e música. 4. Patrimônio cultural. I. Gusso, Luana de Carvalho da Silva (orient.). II. Meira, Roberta Barros (coorient.). III. Título. CDD 363.690981
-------	--

RESUMO

O Kênia Clube marca a história de Joinville/SC, em especial, da população negra que se identifica com sua história. Ainda que seja o mais longo clube social negro da cidade, com 63 anos de existência, o seu processo de reconhecimento como patrimônio imaterial de Joinville, no entanto, durou 7 anos. Em 2022, o Kênia se tornou o primeiro patrimônio oriundo da cultura da população negra da cidade. O objetivo desta pesquisa foi investigar o Kênia Clube como espaço de memória da população negra e suas relações com a resistência e a musicalidade no tempo presente em Joinville/SC. Nesse sentido, esta dissertação teve como problema de pesquisa o questionamento sobre como a relação do reconhecimento da história da Sociedade Beneficente Kênia Clube como patrimônio cultural imaterial pode subverter as narrativas hegemônicas da cidade? Compreende-se que o patrimônio cultural, como direito humano fundamental, deve operar em uma lógica plural, de alteridade e democracia. Assim, a história da entidade, os processos de identificação com o Clube, os laços sócio-políticos com outros clubes sociais negros, são de suma importância para a história da cidade, do estado e do país. A luta por direitos fundamentais está no cerne da constituição dos clubes sociais negros, negados à população negra, que foi violentamente arrancada do continente africano. A fundação, em 1960, do Kênia Clube foi uma resposta da juventude negra segregada dos clubes brancos da cidade, que, sabendo articular-se politicamente com a institucionalidade local, atravessou a ditadura militar equilibrando com o poder local para se consolidar em um território racista, contrapondo-se ao mito fundador que anuncia a cidade como “terra de alemão”. Nesta pesquisa, utilizamos o caminho metodológico qualitativo, bibliográfico e documental, principalmente da história oral.

Palavra-chave: Kênia Clube, Clube Social Negro, Patrimônio Negro, Joinville

ABSTRACT

The Kenia Clube trademark the history of the Joinville city, mainly to the black people that identify with that history. Despite being the oldest black social club in the city, at 63 years old, the process for recognition as an immaterial heritage of Joinville, in Santa Catarina state (South of Brazil) lasted only seven years. In 2022, the Kenia Clube became the first heritage from the black people's culture. The study goal was to research the Kenia Club as a place of memory for the black people and their relationships with resistance and musicality nowadays Joinville/SC. In that regard, this dissertation had as research problem the question of how the relationship of Sociedade Beneficente Kênia Clube as an immaterial cultural heritage can overthrow the hegemonic narratives of the city? It is understandable, that the cultural heritage as the fundamental human right, must operate in a plural logic, of otherness and democracy. Then, the history of the institution, the identity process with the club, with the political partner ties with other black social clubs, are of utmost importance to the history of the city, of state and to the country. The struggle for fundamental rights is at the core of the constitution of black social clubs, denied to the black people, that went violently uprooted from the African Continent. The founding, in the 60's, of the Kênia Clube was a response from black youth segregated from the city's white clubs, knowing like this how to articulate themselves politically with local institutions. They fought throughout the military dictatorship, balancing with local power to consolidate themselves in a racist territory, contrary to the founding myth that announces the city as "land of Germans". Finally, in this research, the qualitative was used as a bibliographic and documentary methodological path, mainly oral history.

Keywords: Kênia Clube, Black Social Club, Black Heritage, Joinville

RESUMEN

El Kênia Clube marca la historia de Joinville/SC, especialmente para la población negra que se identifica con su historia. A pesar de ser el club social negro más antiguo de la ciudad, con 63 años de existencia, su proceso de reconocimiento como patrimonio inmaterial de Joinville duró 7 años. En 2022, el Kênia se convirtió en el primer patrimonio proveniente de la cultura de la población negra de la ciudad. El objetivo de esta investigación fue investigar el Kênia Clube como espacio de memoria de la población negra y sus relaciones con la resistencia y la musicalidad en el tiempo presente en Joinville/SC. En este sentido, esta disertación tuvo como problema de investigación cuestionar cómo el reconocimiento de la historia de la Sociedade Beneficente Kênia Clube como patrimonio cultural inmaterial puede subvertir las narrativas hegemónicas de la ciudad? Se entiende que el patrimonio cultural, como derecho humano fundamental, debe operar en una lógica plural, de alteridad y democracia. Por lo tanto, la historia de la entidad, los procesos de identificación con el Club y los lazos sociopolíticos con otros clubes sociales negros son de suma importancia para la historia de la ciudad, el estado y el país. La lucha por derechos fundamentales está en el corazón de la constitución de los clubes sociales negros, derechos negados a la población negra que fue violentamente arrancada del continente africano. La fundación del Kênia Clube en 1960 fue una respuesta de la juventud negra segregada de los clubes blancos de la ciudad, que, al saber articularse políticamente con la institucionalidad local, atravesó la dictadura militar y el poder local para consolidarse en un territorio racista, contrarrestando el mito fundador que anuncia la ciudad como "tierra de alemanes". Esta investigación utilizó un enfoque metodológico cualitativo, bibliográfico y documental, principalmente a través de la historia oral.

Palabras clave: Kênia Clube, Club Social Negro, Patrimonio Negro, Joinville

SUMÁRIO

1. Introdução	9
1.2 Alargando a Fresta: O Kênia Clube, Lugar de Sociabilidades e Resistência	18
1.3 Entre a Associação e a Sociedade Kênia Clube: mudanças políticas e estatutárias	33
2. “O Kênia monumento de uma raça”: o patrimônio imaterial negro de Joinville	39
2.1 – Clubes Sociais Negros: Racismo Institucional e Negação dos Direitos	40
2.2 “O Kênia Clube: patrimônio negro de Joinville	47
3. Kênia Clube: Identidade, Diferença e Memória.....	59
3.1 Identidade e diferenças no Kênia Clube	62
Considerações finais.....	89
7 REFERÊNCIAS	90

1. Introdução

Pesquisar o Kênia Clube é uma escolha recheada de histórias e afetos familiares com os clubes sociais negros, principalmente o clube negro Sebastião Lucas de Itajaí-SC, por ter parentes maternos que integraram a direção do Clube. No Kênia Clube, a ligação é especial, pois meus pais se conheceram lá na década de 1990.

No entanto, participar das atividades do clube será realidade para esse pesquisador somente na juventude, com amigos cujas famílias iam ao clube. Por não ter contato com a entidade no período da infância, a aproximação se aprofunda a partir da participação no movimento estudantil (2013), que me levaram aos conselhos municipais da promoção da igualdade racial e juventude (2014 a 2017), assim como ao Movimento Negro Maria Laura (2015).

O contanto se intensificou a partir de 2016, com a criação da Comissão para instituição do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Univille. Nesse ano, começo o curso de História pela Univille, no qual tive a oportunidade de finalizar minhas aulas de estágio obrigatório com uma aula de campo no Kênia Clube. No curso de história, aproximo-me de referências intelectuais negras da cidade, como a historiadora Maria da Consolação Pereira Osório, que pesquisou a história da população negra a partir do Kênia, em 1996. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), Joinville é a cidade de Santa Catarina com o maior número percentual de negros e negras (23,66%). Ao investigar a história oficial da cidade, deparamo-nos com narrativas circunscritas à memória e à cultura europeia - majoritariamente da população de ascendência alemã (Machado, 2012).

A historiografia recente sobre a população negra de Joinville tem demonstrado a relevância e a importância dessa população para a história da cidade. Cito aqui as historiadoras Maria da Consolação Pereira Osório e Denize Aparecida da Silva. A primeira pesquisou a história do Kênia Clube em 1996, enquanto a segunda investigou as relações de compadrio entre pessoas escravizadas em São Francisco do Sul e Joinville no século XIX, em 2004.

No entanto, a história da população afro-brasileira e seus espaços de memória é pouco reconhecida pelos órgãos oficiais como patrimônio cultural da cidade. Nesse sentido, problematizar o patrimônio cultural em Joinville é lançar luz sobre a falta de pluralidade no acesso ao direito à cultura quando se trata das populações não

brancas. Neste sentido, a pesquisa original e inovadora, ao analisar o Kênia Clube como patrimônio cultural de Joinville, ao mesmo tempo que apresenta novas abordagens sobre a história da população negra na cidade.

Márcia Chuva (2020) evidencia a necessidade de transformar os paradigmas atuais que marcam as políticas públicas de proteção aos patrimônios culturais quando se trata de populações que estão fora dos espaços de poder. Na perspectiva da autora “[...] o caminho da transformação é, sem dúvida, aquele capaz de produzir uma cidade inclusiva, garantindo o direito à presença e ao presente. Para tanto, não podemos ser indiferentes ao passado.”

Mesmo com o avanço na discussão na agenda da população negra na cidade nas últimas três décadas, Para Foucault (1999) e Almeida (2018) é preciso compreender que o racismo é uma tecnologia de poder que opera na dimensão histórico e relacional; ou seja, tal tecnologia foi e ainda é a base da sociedade contemporânea - e seus reflexos estão em todas as partes. Em Joinville, não é diferente.

A Sociedade Beneficente Kênia Clube, fundada no ano de 1960, foi criada como espaço de lazer e musicalidade da população negra em Joinville. A forte segregação racial da cidade proibia o acesso de pessoas negras em outros clubes. A Sociedade é localizada na fronteira entre os bairros Itaum e Floresta, em Joinville, bairros com significativa quantidade de pessoas negras (Nogueira, 2022).

De acordo com o Inventário Participativo do Kênia, a entidade, por um período, alugou locais para a realização das suas atividades; tanto que a atual sede, localizada na rua Botafogo, nº 255, era, anteriormente, a Sociedade Vera Cruz, com uma estrutura em madeira e apenas a faixa de tijolo. Em 1965, o Clube adquire o espaço. Em 1986, reforma-o e transforma em alvenaria, mudança financiada com a venda de títulos e a contribuição de um industrial da cidade (Jornal de Santa Catarina, p.4,1986). Uma outra reforma acontece em 1997, devido à concessão da sede do Clube para o empresário José Fernando Nascimento (Maceió) (A Notícia, 1997).

Mesmo com essa longa história na cidade, o reconhecimento como patrimônio imaterial do Kênia Clube acontece somente em 2022, sete anos depois do encaminhamento do pedido à Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville. Vale ressaltar que a entidade é reconhecida com o

título de utilidade pública desde 1965; por isso, estranha-se a demora e morosidade na finalização do processo de reconhecimento.

De acordo com a historiadora Maria da Consolação Pereira Osório (1996), a constituição de uma equipe de futebol amador de homens negros, denominada Senegal, em referência ao país africano, deu base a constituição do Kênia como clube. O referido time jogava amistosos nas cidades vizinhas, como São Francisco, Itajaí e Jaraguá do Sul. Sua composição organizacional contava com homens e mulheres, tanto que, segundo a autora, durante o trajeto de uma das viagens, ao folhear a revista Cruzeiro, uma das mulheres (Nadir ou Ladir), sugeriu o nome Kênia para a sociedade que estava prestando para ser fundada, por ser o maior país da África.

Fundado no dia 06 de setembro de 1960, a compreensão como lugar associativo para a valorização e preservação da cultura afro-brasileira pode ser verificada no segundo artigo do estatuto do Clube, de 2006, que trata sobre sua finalidade de promover ações (reuniões e diversões) que difundam e preservem a cultura e os costumes afrodescendentes, com a finalidade de integração na sociedade.

Assim como o estatuto, algumas letras de samba enredo do Kênia mostram a intencionalidade de valorização da cultura, identidade negra e preocupação na preservação do legado da população negra de Joinville, como pode ser visto no Samba Enredo de (198?) “Ôh Kênia monumento de uma raça, Branco azul¹ cheio de graça. É o céu cobrindo o chão.” Importa dizer que o clube teve três nomes de escolas de samba²: Kênia Clube (1968), Amigos do Kênia (incerto³ [OBJ]) (1987). De acordo com Adelmo Braz (2023) e Nara Ferreira (2023), as mudanças de nome das escolas de samba do clube deram-se pelas disputas internas que provocaram a retirada dos ensaios da escola de dentro da sede.

Também, é fato, o samba não foi único gênero musical presente no Clube; além dele, marcaram presença bolero, samba-canção, black music, hip hop, rock e maracatu (Ferreira, 2023; Silva 2023). Vale lembrar que essas manifestações têm suas origens nas comunidades negras na diáspora. Mesmo não sendo uma regra imposta pelo Kênia Clube, impressiona que tais manifestações tiveram espaço no

¹ Branco e Azul são as cores da escola.

² Escola "Príncipes do Samba". Carta destinada à Secretaria de Turismo de Joinville. Joinville, 27 de novembro de 1991. Disponível no Arquivo Histórico de Joinville.

³ Rede social da Príncipes do Samba

<https://www.instagram.com/principesdosamba?igsh=MWpnaXo1NGlub2pjNg==>

clube, como é o caso do Hip Hop, que trouxe para o clube, em 2003 um dos expoentes do rap nacional – Sabotage - fato que mostra um grande nível de organização da juventude negra, que era o público que consumia o rap.

As diversas frentes de musicalidade no Clube tiveram importância para diversas gerações da população negra da cidade. Mesmo que a cidade de Joinville tente escamotear os aspectos culturais negros, a musicalidade vai encontrar no Kênia Clube um lugar para driblar o estatuto colonial (Césaire, 2020).

Nesse sentido, Luiz Antônio Simas (2023) descreve que o projeto de estado-nação brasileiro é um projeto de exclusão que, na formação do capitalismo brasileiro, por exemplo, proíbe, com a Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850), o acesso de parcelas negras e pobres do país à propriedade privada. Para sobreviver e resistir a esse processo de exclusão, a população excluída vai construir sociabilidades, sentidos de vida, redes de proteção e a reconstrução de sentidos de pertencimento comunitário, fatos que Simas (2019;2023) define como fresta, em que a cultura pode pulsar, driblando as tentativas de negação e apagamentos do estado brasileiro.

A negação, pelo poder local, da história da população negra em Joinville/SC é uma realidade; assim, estudar os lugares de memória dessa população é um desafio e uma necessidade, ao considerar que as elites intelectuais e a institucionalidade local insistem em não reconhecer a importância e a relevância dessa população para a constituição da história do território de Joinville. Podemos verificar esse apagamento na história institucional da cidade na série produzida pela Prefeitura de Joinville desde 2011, intitulada Joinville em Dados. A presença da história negra nesses documentos aparece somente de forma lateral, para dizer que a população negra veio para cá em situação de escravizada.

A fundação e a continuidade do Kênia Clube até os dias atuais contestam a história oficial da cidade. Nesse sentido, questiona-se: A história e o reconhecimento da Sociedade Beneficente Kênia Clube como patrimônio cultural imaterial subverte as narrativas hegemônicas da cidade?

Assim, temos como objetivo investigar o Kênia Clube como espaço de memória da população negra e as suas relações com a resistência e a musicalidade no tempo presente em Joinville/SC, compreendendo que o patrimônio cultural, como direito humano fundamental, deve operar em uma lógica plural, de alteridade e democracia.

Assim, podemos refletir que, apesar do tardio reconhecimento como patrimônio cultural imaterial da cidade, o Kênia já era tido como um lugar de memória e fortalecimento da identidade das pessoas negras que tinham o clube como referência cultural, assim como outros clubes e bens culturais afro-brasileiros, que tiveram negada a preservação de sua história e memória. De acordo com Nogueira e Nascimento (2012), o racismo estrutural e o racismo institucional operam nas instituições de estado, impedindo ou tornando morosos processos de preservação, conservação e reconhecimento dos Clubes Sociais Negros.

Para reivindicar o devido reconhecimento dos Clubes Negros, organiza-se, a partir do I Encontro dos Clubes e Entidade Negras em Santa Maria - RS (2006), a comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros do Brasil - autointitulado movimento clubista (Escobar, 2010) - que, em 2009, pede ao IPHAN o mapeamento e o reconhecimento coletivo dos clubes sociais negros. O mapeamento foi realizado pelo IPHAN em parceria com a Fundação Palmares, que subsidiou o parecer que recusou o pleito pelo órgão (IPHAN, 2015). Baseando a justificativa para indeferir o pedido, o órgão indica: falta de continuidade histórica; falta de presença da juventude nos clubes; erro no livro pedido para registro e falta de definição sobre o que são os clubes sociais negros.

Mesmo com a negativa, o movimento clubista continua mobilizado e organizado pela valorização da história e memória dos Clubes Sociais Negros do país. Outros exemplos de mobilização e organização dos Clubes foram: o I e II Encontro dos Clubes Negros de Santa Catarina (2019 e 2022); Seminário Internacional de 150 anos do Clube Floresta Aurora (2022); e, o V Encontro dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul (2022).

No entanto, é preciso contextualizar o momento histórico envolvido na organização do movimento clubista, pois ele está inserido nas reivindicações do movimento negro brasileiro no final do século XX e início do XXI, como: Marcha para Zumbi dos Palmares (1995); a Conferência Mundial Contra o Racismo e Xenofonia (Durban, 2001); a promulgação da Lei 10639/03; a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005); assim como os dispositivos que incluíram na Constituição o patrimônio imaterial, que resultou em avanços importantes para a população negra do país.

As relações e trocas entre clubes negros sempre ocorreram, nacionalmente e regionalmente, como aponta Jeruse Romão (2022). Como exemplo, podemos citar

as bandas de pessoas negras que tocavam em bailes dos clubes em toda Santa Catarina. Esse fenômeno também aparece no Rio Grande do Sul e nos clubes do Sudeste (Escobar, 2010). Percebe-se a existência de um trânsito e diálogo entre essas entidades, que serão importantes no fortalecimento delas.

Segundo Chuva (2020), a categoria patrimônio tem diversos sentidos, os quais vêm sendo disputados e transformados dentro do próprio campo de conhecimento. A autora aponta para duas divisões relativas ao patrimônio: “aos bens de natureza material (os bens móveis e integrados e os bens imóveis) e outro relativo aos bens de natureza imaterial (os ofícios, celebrações, e formas de expor da cultura tradicional popular)”. No entanto, cabe notar outras divisões de patrimônio cultural definidos pela UNESCO, a partir de suas convenções, que incluem a categoria Patrimônio Cultural Natural. Mas, já temos debates em torno de outros patrimônios, também, como o digital.

Assim, podemos notar que o campo e os conceitos de patrimônio estão em constante disputa e, por vezes, acabam incorporando novos desafios do patrimônio cultural. Um exemplo disso é a utilização do patrimônio cultural negro por Delton Aparecido Felipe (2016), Marcos Antônio Cardoso (2012) e Marta Abreu, Giovana Xavier, Lívia Monteiro e Eric (2018). Outra nomenclatura usada para se referenciar os bens culturais das populações negras é o Patrimônio Cultural Afro-brasileiro, utilizado por autores como Nogueira e Tânia Tomázia do Nascimento (2012), Mônica do Nascimento Pessoa e Raquel Alvarenga Sena Venera (2016) e Marcelo Cardoso de Paiva (2021).

O colonialismo e escravismo foram responsáveis pela maior tragédia humanitária do planeta, com prejuízos incalculáveis para as populações africanas, indígenas e seus descendentes; mas, certamente, com ganhos econômicos e políticos para as populações europeias e seus descendentes, como nos aponta Moore (2012). Estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas africanas foram arrancadas do continente africano e escravizadas no mundo todo. Somente para o Brasil vieram cerca de 5 milhões (Gates, Jr. 2014).

Para Frantz Fanon (1983, 2020), o racismo opera no corpo e na subjetividade, como uma cultura estruturada pelo colonialismo, em que a

corporeidade das pessoas negras vai ser proibida, segregada e ocultada⁴ (Maia, 2018, apud Romão, 2022), devido à errônea compreensão de hierarquia cultural, com reflexos nas mais diversas proibições de utilização de espaços e fluência dos aspectos culturais afro-brasileiros.

Experiências sociopolíticas e culturais como quilombos, irmandades religiosas e clubes sociais negros, emergidos como contraponto ao processo de escravidão, foram, igualmente, lugares de sociabilidade e fortalecimento da memória e identidade negras. As irmandades e o clubes agiram na compra de alforrias, assistência médica, educacional e no auxílio para bancar sepultamentos, atuando desde, pelo menos, o século XVIII, no caso das irmandades e, no caso dos clubes sociais negros, a partir do século XIX, como evidência Escobar (2010).

Para Escobar (2010), os Clubes Sociais Negros são, ao mesmo tempo, “meios de memória e lugares de memória”, pois a imaterialidade e a materialidade os atravessam. Esses espaços fazem lembrar práticas, rituais e dinâmicas que se transformam e desaparecem, principalmente pela falta de políticas de preservação e proteção; atuam nas frestas do poder colonial, enquanto entidades responsáveis por deixar viva a memória e a história negra, em um processo de resistência pela luta e negociação cotidiana, em que cada palmo da atividade é articulado para manter viva os aspectos fundamentais da cultura (Simas, 2023).

Na articulação da ideia de monumento com as concepções de patrimônio, Domingues (2022) defende que a palavra significa “[...] lembrar algo e não permite cair no esquecimento. Aquilo que nos toca pela emoção.”. O esforço empreendido pela população negra ocorre com intuito de fortalecer suas identidades e as memórias, materializados em clubes, expressão da vontade de muitas pessoas em não permitir que a memória e a cultura negra caiam no esquecimento. Cardoso (2012) entende que a memória depende dos vivos para serem reatualizadas; assim, acredita que o patrimônio são as pessoas.

Para Smith (2006, p.9), “[...] o conceito de patrimônio surgiu na Europa, particularmente na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha, no contexto da modernidade do século XIX”. Modernidade, segundo a mesma autora, formada a partir da lógica das ideias iluministas, de racionalidade, do progresso, da verdade

⁴ Maia, Cauane Gabriel Azevedo. “A REVOLUÇÃO VEM DO PASTINHO”: escrituras antropológicas sobre vozes negras em Florianópolis SC. UFSC: Florianópolis, 2018.

objetiva, da ideia de “superioridade cultural e racial” dos europeus e da própria expansão colonial e territorial. Dentro desse novo contexto, os discursos raciais e nacionais se difundiram e fortaleceram o nacionalismo e a identidade nacional. Ou seja, a noção de patrimônio foi forjada no contexto da modernidade e dos estados nacionais e suas identidades, emergentes no século XIX.

Cabe ressaltar que, inicialmente, a ideia de patrimônio cultural estava ligada aos grandes monumentos das nações europeias, representativos da nação. Os conjuntos de patrimônios selecionados serviam como forma de legitimar o passado nacional, a partir de elementos que representariam as identidades nacionais. Ou seja, o patrimônio consolidou-se com o colonialismo, o imperialismo, o patriarcado e o racismo. Esses elementos fundamentaram o desenvolvimento do capitalismo (Mignolo, 2020). Aqui, podemos pensar os conflitos em torno do que é patrimônio, levantado por sociedades fora do continente europeu, sem poder econômico ou militar, o que dificulta definir novos rumos para as definições acerca do que seria ou não patrimônio.

A seleção de monumentos representativos das nações emergentes do século XIX ocorreu com a anuência das elites econômicas e foi realizada por intelectuais/especialistas, com a criação das agências públicas de legitimação (Chuva, 2020). Tais agências construíram procedimentos e conceitos que garantiram o que seria ou não considerado patrimônio representativo da nação, bem como quem estava elegível para falar sobre patrimônio. Smith (2006) descreve essa prática como a construção do Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP). Ou seja, agências legitimadoras formadas por intelectuais/especialistas do patrimônio foram construídas a partir das visões de mundo dominantes, que tratavam os produtos das culturas populares como folclore ou exotismo. Será a partir da revisão desse fenômeno que se construiu o campo patrimônio imaterial.

No Brasil, podemos observar esse processo na primeira agência que teve como fim proteger e projetar a cultural nacional - o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - órgão criado no Ministério de Educação e Saúde Pública, comandado por Gustavo Capanema, em 1937, e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade – hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN) (Rubino, 1992). Chuva (2020) evidencia que os processos de tombamento dos patrimônios nacionais do país não tiveram nada de natural. A autora aponta, em sua obra, que os patrimônios tombados foram escolhidos de acordo com os

interesses pessoais, políticos e territoriais do seu diretor. Mesmo com diferenças histórico-culturais em relação às instituições em outros lugares no mundo, fica evidente a existência de um jogo de poder operando nestas escolhas.

Para compreender melhor esses jogos de poder (Foucault, 1999) envolvidos nas lógicas da institucionalidade brasileira, e investigar o problema de pesquisa desta dissertação, é necessário analisar os dados da pesquisa, para abrir novas possibilidades investigativas. Para isso, utilizaremos a análise qualitativa, por possibilitar, de acordo com Chizzotti (2003), a investigação de fenômenos humanos, mediados de vontade, sentidos e interações sociais. No que tange aos procedimentos de coleta de dados, optamos pelo caráter bibliográfico (Gil, 1991; Tripp, 2005), a pesquisa documental e a história oral.

A pesquisa terá como base o levantamento e a análise de fontes primárias e secundárias, oral e documental. As entrevistas orais foram realizadas com 8 pessoas que conheçam, participam ou participaram das atividades em diferentes momentos históricos do clube e diferentes manifestações culturais ocorridas na entidade, como o Samba, o Rap e o Carnaval. Também foram entrevistadas pessoas que estiveram na direção da entidade. As entrevistas foram realizadas presencialmente e virtualmente.

As entrevistas orais foram ferramentas na compreensão da relação dos (as) entrevistados (as) com o Kênia Clube e qual a relevância desse patrimônio cultural em suas vidas e na formação de sua identidade; também, de qual forma ele tornou-se um espaço de memória e sociabilidade para os entrevistados.

Para melhor compreensão dos fenômenos históricos relacionados ao objeto de pesquisa, foram utilizados textos de intelectuais e historiadores da cidade, letras de sambas enredo das escolas de samba ligadas ao clube, fotografias de eventos, estatuto do clube e da escola de samba. Nesse sentido, o Arquivo Público de Joinville é fundamental como base de pesquisa.

Sobre a oralidade, ferramenta utilizada nesta pesquisa, Thompson (1992, p. 44) afirma que “a história oral é uma história construída em torno das pessoas. E lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”. Assim, pode-se compreender os significados subjetivos que os indivíduos narram, tais como seus aspectos socioculturais. De acordo com Meihy e Seawright (2021), a história oral é processo de transformação do oral (abstrato) para o escrito (material), o qual

necessita do cruzamento, análise e a contextualização, em diálogo com outras áreas do conhecimento.

A sistematização e análise dos dados proceder-se-á tendo como referência a revisão de literatura, em convergência com os objetivos propostos. A organização e o cruzamento das informações, interpretações e análise dos dados serão sistematizados a partir da pesquisa documental e narrativas orais. Em sequência, emprega-se a estratégia de comparação contextualizada dos dados, sempre considerada a revisão de literatura e os objetivos delineados. Assim, objetiva-se compreender a constituição do Kênia como um patrimônio negro em Joinville.

A dissertação será apresentada em um capítulo e dois artigos, para apresentar de forma coesa a história do Kênia Clube, o primeiro capítulo terá o título: Alargando a fresta: O Kênia Clube, lugar de sociabilidades e resistência. Apresentará a história institucional da entidade. O primeiro dos dois artigos que complementam a dissertação, terá o título: “O Kênia monumento de uma raça”: o patrimônio imaterial negro de Joinville. E descreverá o processo de reconhecimento como Patrimônio Imaterial de Joinville do Kênia. O segundo artigo descreverá a relevância do clube no fortalecimento da identidade negra em Joinville, com o título: Kênia Clube: Identidade, diferença e memória.

1.2 Alargando a Fresta: O Kênia Clube, Lugar de Sociabilidades e Resistência

Os Clubes Sociais foram criados como resposta a uma sociedade racista e segregadora (Escobar, 2010; Cardoso 2012), que durante quase quatro séculos desumanizou, violentou e explorou pessoas africanas e sua descendência. Nesse sentido, de acordo com Petrônio Domingues (2014), eles fazem parte do associativismo negro, que é uma noção dinâmica envolta em conflitos e contradições, combinados com resistência, assimilação e (re)apropriação do grupo social negro.

Para Petrônio Domingues (2023) a definição de Clubes Sociais Negros é polissêmica, e vem se transformando com o avanço das pesquisas em torno deles. Neste sentido, devemos ressaltar além da definição as dinâmicas administrativas, territoriais, históricas, políticas e econômicas vão diferenciar os Clubes Negros, inclusive nas formas de fazer e fluir cultura dentro desses espaços.

Giane Vargas Escobar (2010) apontando a importância dos Clubes Negros, na constituição de autoestima, autoimagem e identidade da população negra, descreve "(...) além de lugares de memória, de construção da sociabilidade e cultura negra, são espaços, de legitimação de poder." (Escobar, 2010, p.20). Evidenciando intenções que vão de ações e articulação políticas, sociais e históricas até a preservação e valorização das culturas afro-brasileiras e africanas.

Munanga (2012) compreende os clubes sociais negros como espaços identitários de aglutinação dos sujeitos excluídos pela diferença, sendo tais clubes territórios étnicos no contexto urbano brasileiro. Para o autor, "esses clubes, inventariados em algumas cidades e estados brasileiros, como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Santa Catarina, entre outros, oferecem exemplos de territorialidade enquanto resistência identitária" (Munanga, 2012, p.18).

Moore (2012) e Hofbauer (2006) comungam na compreensão que os árabes foram os primeiros a escravizar em larga escala as populações africanas, sob justificativas religiosas. Almeida (2020) defende que a escravidão atlântica foi um processo histórico baseado na desumanização e subjugação das populações não brancas, sendo a base da expansão do capitalismo, do ocidente, do continente europeu e, da constituição dos estados nacionais e da modernidade.

Para Karine de Souza Silva (2020), a escravidão foi um processo de migração forçada, o qual trouxe ao Brasil, segundo dados da Slave Voyages (2003), 5.848.266 pessoas africanas escravizadas, muitas das quais morreram na viagem, sem um sepultamento, lançadas ao mar; as sobreviventes foram exploradas, junto com seus descendentes.

Não se pode entender a migração forçada de africanos sem relacionar tanto os favorecimentos que o tráfico aportou - e continua, por herança, aportando - para as pessoas brancas nesta nação, quanto os benefícios que as leis migratórias embranquecedoras trouxeram para os destinatários da mesma raça. Ou seja, os privilégios têm a ver com a intersecção entre migração e raça, e geraram consequências que se perpetuam tanto no âmbito nacional como internacional. (Silva, 2020, p.32).

Hélio Santos (2003) descreve que, no Brasil, de cada 10 anos de vida, 7 foram sob o regime escravocrata; ou seja, a sociedade brasileira, em seu maior tempo de vida, provocou as diversas restrições às populações negras e manteve os privilégios das elites brancas. Pode-se verificar a operação dos privilégios da camada branca da população quando analisamos os dados sobre desigualdades na

educação, trabalho,renda, e, também, nos dados sobre encarceramento e moradia (PNAD 2023; G1, 2022; Nexo, 2023).

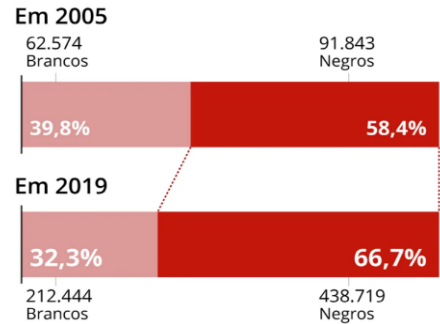
Tabela – 1

Proporção da população residente em domicílios próprios, por cor ou raça (%)					
Cor ou raça					
	Branca	Preta	Parda	Preta ou parda	Total
Brasil	73,1	71,1	71,8	71,7	72,3
Centro-Oeste	67,8	62,3	62,6	62,5	64,4
Norte	75,5	73,9	78,3	77,9	77,5
Nordeste	76,2	77,0	77,1	77,1	76,2
Sudeste	70,8	68,3	67,2	67,5	69,1
Sul	76,8	66,9	66,7	66,7	71,0
Paraná	73,6	63,4	67,2	66,8	71,0
Santa Catarina	77,5	57,7	58,2	58,2	73,5
Rio Grande do Sul	79,1	72,0	71,7	71,8	77,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, acumulado de primeiras visitas (PNAD)

Os dados da tabela 1 ilustram a situação desigual em que a população branca, em todas as regiões, tem maiores índices de moradia própria. No entanto, em Santa Catarina, a população branca figura com 19% de moradia própria a mais que a população negra. Outro dado assustador é que quase 30% da população brasileira não tem moradia própria, o 5º maior país em extensão territorial do mundo⁵. Os dados do encarceramento, sob análise do quesito raça/cor, também evidenciam a desigualdade.

Figura 1 - Dados de encarceramento raça/cor



Fonte: G1 (Infográfico – produzido a partir dos dados do Anuário

Os dados apresentados na figura 1 materializam o racismo como uma estrutura social

⁵ ONU,2020

poderosa. Neles, percebem-se os fenômenos sociais conferidores de desigualdades para pessoas negras e certa vantagens para pessoas brancas. Entre 2005 e 2019, além do crescimento substancial do número de encarceramento no país, os dados mostram uma queda no aprisionamento de brancos e um significativo aumento da prisão de negros.

Para Moore (2012) e Almeida (2018), a filosofia ocidental, com Kant e Hegel, balizou tal desumanização, ao afirmar que a falta de razão e história dessas populações deixaria evidente a superioridade das populações brancas. Nesse sentido, cabe a reflexão de que a concepção de cultura, história e memória, por muito tempo, se embebedaram de concepções racistas.

Assim, o esforço das populações negras em construir espaços em que as manifestações culturais negras pudessem ser expressas sem restrições, seja nas escolas de samba, clubes sociais, terreiros, quilombos, capoeiras e irmandades, foram a forma de resistir à tentativa de apagamento da história e memória dessa população (Munanga, 2012). Nesse sentido, os Clubes Sociais Negros são uma representação viva desse esforço, os quais, até hoje, lutam pelo devido reconhecimento e valorização.

Segundo Escobar (2010), os Clubes são fruto da busca de fortalecimento da identidade, história e memória da população negra, com exemplares centenários, como o Clube Floresta Aurora, de Porto Alegre/RS, em 1872 e o Cruz e Souza, de Lages/SC, fundado em 1918. Os Clubes estão presentes em todas as regiões do Brasil -e, em outros países da América, como Uruguai, Argentina e Cuba (Souza, 2021). Isso prova a relevância cultural e histórica dos clubes negros para a população negra, para além apenas da brasileira.

Pesquisas apontam as diversas interações entre os clubes negros, com a presença de pessoas associadas em outros clubes negros (Escobar, 2012; Romão, 2022). A organização e articulação nacional entre clubes sociais negro inicia-se na I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, a qual construiu a Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros em 2006, que levou, em 2009, ao pedido de reconhecimento coletivo como patrimônio imaterial brasileiro. O IPHAN, em conjunto com a Fundação Palmares, em 2015, realiza um mapeamento que indica 103 Clubes Sociais Negros no Brasil - 14 localizados em Santa Catarina⁶.

Em Joinville, o Kênia Clube foi o clube com maior longevidade. Em entrevista para a historiadora Maria da Consolação Pereira Osório (1996), Marina L. Martins descreve a existência de dois clubes negros: o Grêmio dos Miosótes, que fazia bailes no 13 de Maio, por volta de 1916, em homenagem a abolição da escravidão, na rua Conselheiro Mafra, e só permitia a entrada de pessoas negras. Ela lembra “[...] tinha Dona Pureza que era rainha [...] vinha de carruagem, assim muito linda [...] os brancos iam espiar na frente para vê a chegada [...]” (Osório, 1996).

Igualmente, a historiadora descreve o relato de Marina L. Martins sobre outro clube negro da cidade: “Segundo Dona Marina, houve uma tentativa frustrada de seu marido e amigos de fundar um clube de negros, ‘o 28 de Setembro’. Por um ou dois anos alugaram por ocasião o salão São Lourenço. Havia muitas brigas nas atividades, o que provavelmente inviabilizou a ideia.” (Osório, 1996).

Sem dúvida, a constatação de que houve outras tentativas de organizar um clube negro comprova que a população negra em Joinville/SC se organizou socialmente em diversos momentos a partir da identidade étnico-racial. De acordo com Escobar (2010), as escolhas dos nomes dos clubes negros, muitas vezes, faziam referências à datas de libertação de escravizados, como o 13 de maio e 28 de setembro. Faziam, também, referência aos santos católicos padroeiros de pessoas negras ou alusão à aspectos históricos ou culturais das populações negras. Podemos verificar tal informação no mapeamento realizado pelo IPHAN (2015).

Em sua maioria, os clubes negros foram fundados entre o final do século XIX e início da metade do século XX, com casos de fundação no século XXI (IPHAN, 2015). Eles foram criados na luta contra a segregação racial, que não permitia que pessoas negras dançassem em clubes de brancos (Escobar, 2010). Mesmo que a escravidão tenha sido abolida sem uma legislação específica que previsse a segregação espacial de brancos e negros, a constituição desses clubes provam que a segregação racial se fez presente no território brasileiro.

Tal segregação é fundamento da prática política e ideologia do Estatuto Colonial (Ceser, 2020), no entanto, a organização dos Clubes Negros como o Kênia, devem ser lidas como processos resistência, a segregação e ao colonialismo. Orlando Gulanda (2022, p. 166) afirma: “O clube é símbolo da condição história da população negra no Brasil: ela sempre precisou depender de si e inventar estratégias de sobrevivência; A SKC é uma espécie de registro no corpo da cidade de Joinville”.

A história do Sociedade Beneficente Kênia Clube mostra a segregação no território joinvilense, inclusive sendo ela o vetor impulsionador da criação do clube na cidade. Dona Ladir Coelho de Oliveira (2023), afirma sobre a criação do Kênia Clube em 1960:

Nós não tínhamos uma sociedade para pretos aqui em Joinville né, então nós reunimos os jovens da época, para sair uma sociedade e saiu o Kênia [...] Observamos, assim os dançarinos (*brancos, grifo nosso*) pela janela [...] Nós não entrávamos, porque não podíamos [...] ficávamos todos na janela observando [...] Porque não tínhamos né [...] E aí ela ficava uma coisa humilhante né [...].

Luiz Paulo do Rosário (Alegria), em entrevista para a historiadora Maria da Consolação Pereira Osório (1996), também reforça esse ponto

[...] Ela (instituição) surgiu da necessidade de nós jovens da época, ter um ambiente de encontro. A segregação racial em Joinville, há uns trinta anos atrás era muito acentuada ... nós não tivemos acesso a outros clubes [...]

A percepção da condição humilhante pelo racismo presente na cidade no início do século passado foi fator determinante na organização e mobilização da juventude negra contra a desumana condição imposta às pessoas negras em Joinville. Almeida (2018) defende o racismo como tecnologia de poder, operado para conferir desigualdade aos grupos sociais não-brancos. A entrevista com Ladir Coelho de Oliveira (2023) evidencia a normalização do racismo no cotidiano de Joinville, ao destacar que humilhações provocadas pela segregação racial existiam em sua época de juventude.

A constituição de estratégias de resistência e sobrevivências foram comuns para a diáspora negra brasileira. Lugares como quilombos, terreiros, capoeiras, escolas de samba e clubes negros, foram instrumentos de memórias das populações vulnerabilizadas. Sem o direito à memória e história, esses homens e mulheres foram e, em certo grau, ainda são vilipendiados pelos jogos de poder fundamentados na lógica colonial e racista (Bastos, 2012 e Conceição, 2021).

Os espaços de permissão da corporeidade negra castrada pela ordem de poder brancocêntrica (Frantz Fanon, 2019; Césaire, 2020) e a constituição de lugares que permitissem o fluir das populações negras e suas culturas nas diáspora, é compreendida por Luiz Antônio Simas (2023) como cultura de fresta, em que manifestações como quilombos, capoeiras, sambas, escola de samba, terreiros e

todo o lugar, como os clubes sociais negros e times de futebol negros, constituídos na lógica afro-brasileiro, cumpriram e cumprem a função de dar pertencimento aos laços comunitários, seja pela capoeira, samba, macumba ou o futebol.

A organização do time de futebol intitulado Senegal, em alusão ao país da África Ocidental, deu o pontapé para a organização da Kênia Clube (Osório 1996). Foi um esforço consciente desse grupo em se ligar aos territórios africanos, com a condução da importante reflexão acerca da consciência racial da juventude negra da época. Importa destacar que as atividades futebolísticas contavam com a organização de homens e mulheres muito jovens, alguns recém-formados no ensino médio em escolas particulares da cidade como indica a historiadora Maria da Consolação Pereira Osório (1996), entrevistando Zuca⁷. A relevância das mulheres na história da sociedade é marcante já que são elas que indicam o nome da entidade.

Antes de ser formado o Kênia, nós tinha um clube em Joinville que jogávamos sempre futebol [...] numa partida jogada lá em Jaraguá do Sul [...] na volta, dentro do vagão de trem, estava todo reunido e tinha uma revista antiga [...] chamada Cruzeiro [...] nesta revista estava escrita uma cidade (país) da África do Sul (África), que seria a maior do Sul, o Kênia [...] Foi as meninas que falaram, a Ladir ou Nadir, a Benta [...] foi uma das moças que falaram que o Kênia seria um bom nome.

Ou seja, são as mulheres que dão o nome a entidade. Esse fato, além de provar a relevância na história do clube, mostra que elas também estavam conectadas com o contexto histórico, político e social dos países africanos, os quais, de acordo com Mendonça (2019), passavam, em meados do século XX, pelo processo de descolonização, ocorrido pela articulação dos movimentos nacionalistas, panafricanistas e de negritude⁸, os quais vão influenciar a diáspora africana pelo mundo, inclusive em Joinville.

Figura 3 - Preparação para visita de diplomatas Africanos

Figura 4 – Visita dos Diplomatas Africanos

⁷ Luiz Fernando Fagundes de Oliveira

⁸ Enciclopédia Brasileira da Diáspora: Africana O ideário assenta-se na afirmação da identidade africana, pregando o entendimento de que os negros do continente africano e da Diáspora deveriam lutar por seus direitos fundamentais e de que os negros do mundo inteiro teriam um compromisso ideológico uns com os outros.



Fonte: Inventário Participativo do Kênia Clube (2021)

As figuras 3 e 4 reforçam o argumento de que a sociedade Kênia Clube se esforçou para manter vínculos com os territórios africanos, ao evidenciar que o clube tinha uma articulação política que garantiu sua atuação internacionalmente. Em 15 anos de existência, o Clube teve a presença de embaixadores e pleiteou a reforma da sua sede para o Zaire, numa demonstração de grande habilidade política das lideranças do Clube.

Segundo Bastos (2012), as noções de patrimônio e memória estão ligadas diretamente com o sentimento de pertença e territorialidade, na medida que território, além de exprimir sentidos e sentimentos produtores de identidade, também pode expôr conflitos e a disputa de poder. Isso posto, é pertinente verificar que a história do Kênia é a marca da identidade negra, em resposta a uma sociedade centrada no padrão brancocêntrico.

A definição do padrão branco da sociedade é encontrada em Clovis Moura (1971):

O branco *por autodefinição*, portanto, representa uma visão simbólica que as classes dominantes de delas mesmas, reflexo da visão deformada de si e dos demais segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira. Escolhendo um padrão Ideal para espelhar-se a cor branca.

Nesse sentido, pensar a organização territorial de um lugar de memória e identidade é a disputa contra a hegemonia de poder (Hall, 2000), uma reação do grupo social negro historicamente oprimido (Freire, 2012), visto o padrão branco como centro das relações de poder que marginalizam e combatem culturas e populações fora do padrão. Nesse sentido, os espaços territoriais fundamentados

contra o padrão hegemônico, como os Clubes Sociais Negros, são espaços contracoloniais (Césaire, 2020).

A sede do Kênia Clube localiza-se, estrategicamente, na fronteira de três bairros periféricos: Floresta, Itaum e Guanabara. Está, também, perto do bairro Bucarein, onde se encontra a Avenida Cubas⁹, território negro formado a partir do antigo porto da cidade, que foi celeiro de bambas do samba, como Seu Beira e Tia Fioca. Os bairros citados contam com grande presença negra (IBGE, 2010), mesmo que, atualmente, o bairro Floresta, tenha uma parca presença da população negra.

A localização da entidade em espaço territorial com uma grande parcela de população negra denuncia a segregação racial na cidade. Ao pensar essa percepção em Joinville, descreve Alessandra Bernardino (2019):

[...] ela tem bairros nobres e periféricos [...] e a maioria da população negra está nestes bairros [...] Joinville já era dimensionada da seguinte forma [...] dividido da seguinte forma o bairro nobre era a zona do silêncio, o bairro periférico era considerada a zona do barulho, nesta zona do barulho tem uma instituição histórica, que conta a história dos negros em Joinville que é a sociedade Kênia Clube. Então, agora joinville tem outros [...] vários seguimentos, ele tem o clube negro em um bairro periférico, tem uma comunidade quilombola em um bairro nobre, então essa discussão fica mais diversa.

Azânia Mahin Romão Nogueira (2022) chama a atenção para os dados do censo de 2010 que indicam que as regiões sudeste e nordeste de Joinville registram os maiores números de pessoas negras; a região sul figura como a terceira em números totais de pessoas negras.

Nesse sentido, evidencia-se que a cidade tem uma segregação espacial, que coloca a população negra nos extremos do território - notadamente, as regiões nordeste, sudeste e sul. Importa dizer que as fazendas com pessoas escravizadas na cidade se localizavam nos bairros Bucarein, Itaum, Pirabeiraba, Saguacú e Itinga (Guedes, 2007; Cunha, 2008). A dinâmica migratória da cidade altera-se mediante a migração incentivada pelo *boom* industrial da década de 1970 (Machado, 2012).

Joinville é uma cidade marcada por grande fluxo migratório (Coelho, 2012). No entanto, a vida para migrantes/imigrantes fora do ideal europeu não é fácil na cidade que se anuncia como cidade dos imigrantes e dos alemães. Os recorrentes

⁹ Avenida Sargento Francisco Gomes

casos de xenofobia registrados mostram os atravessamentos raciais enfrentados por migrantes não-brancos.

Figura 4- A marca da xenofobia em Joinville



Fonte: Notícias do Dia, 2016

A frase pichada no muro da rua São Paulo, localizada no bairro Floresta, em Joinville - uma das ruas mais movimentadas da cidade, que liga a região central e o sul da cidade, a poucos metros da sede do Kênia Clube - evidencia a xenofobia cotidiana contra imigrantes não brancos; no caso em questão, imigrantes haitianos. Esse caso é emblemático, pelo fato de ocorrer, também, perto do clube, envolto em racismo e xenofobia contra as populações negras.

O documento de pedido de Registro do Patrimônio Imaterial do Kênia (2015) aponta que, no início das atividades, em 1960, eram alugados salões na região, principalmente na rua Botafogo, bairro Itaum. Seu Adelmo Brás (2023) relembra a primeira sede:

O Kênia era de madeira. Sempre que tinha carnaval, tinha um problema. Ah! O salão não vai aguentar [...] Porque, ele balançava, era uma construção, assim, já muito antiga né. Ai eles entravam lá embaixo, calçavam, botavam calço [...] Muita gente, já não ia e dizia – Mas eu não vou, porque o Kênia não vai aguentar. Que nada! Aguentou [...] a vida toda, até que desmancharam.

O salão em madeira descrito por Seu Adelmo, mesmo que simples, foi palco extremamente importante para a vida da entidade, ao abrigar as festas, sambas e carnavais, cantados e dançados apesar do medo da estrutura não aguentar.

Figura 5 – Sede do Kênia de Madeira



Fonte: Jornal Joinville, 1968

Verifica-se acima (figura 5), na foto da matéria jornalística “Pretos e brancos devem a si o diálogo da reconciliação” do Jornal Joinville, de 1968, a primeira sede do clube, construída em madeira, com a faixada em alvenaria (Braz, 2023). Com a aquisição da sede em 1965, o clube passou a realizar as atividades definitivamente na atual localização. É na modesta sede em madeira que o Kênia alarga e dribla o poder colonial - existindo e resistindo, tornando-se um espaço da comunidade negra da cidade.

Depois de 21 anos, em 1986, a sede foi reconstruída em alvenaria. Para a arrecadação de fundos, foram realizadas venda de títulos; mas, também teve o apoio de um empresário local (Joinville, 2023). O prédio foi novamente modificado durante o período de arrendamento, em que virou a danceteria Designer entre 1997 e 2002, arrendado pelo Jornalista Maceió, alterando a cor do clube. (Kênia, 2015; Prefeitura de Joinville, 2023).

As habilidades do Clube em saber negociar com a elite política e econômica da cidade rendeu frutos importantes, seja na manutenção do funcionamento da instituição ou na construção na qual um industrial contribuiu, assim como na última reforma. O maior exemplo de articulação e negociação da instituição é o convênio firmado em 1981 com a Câmara de Vereadores de Joinville.

Figura 6 – Convênio do Kênia com a Câmara de Vereadores



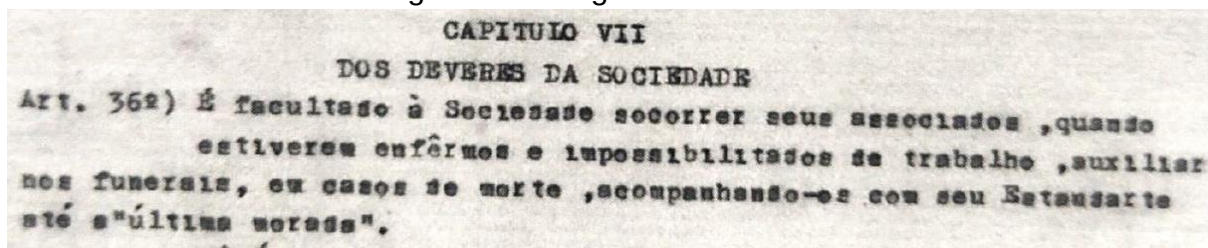
Fonte: Jornal A Notícia - 21/08/1981

A figura 6 destaca a atuação do Kênia junto as instituições locais, considerando que, 16 anos depois, o Clube conseguiu firmar um convênio com o poder legislativo, ao longo do período da ditadura militar. O título foi obtido em 1965, no final do governo Helmuth Fallgater, eleito em 1960 pelo Partido Social Democrático (PDS). Maria Cristina Dias (2023) descreve que Helmuth Fallgater atuou fortemente nas questões de educação e cultura de Joinville.

De acordo Lucia Hippolito (2012), o partido, criado em 1945, orbitava no centro do aspecto político, reunindo políticos conservadores, liberais e reformistas. É fato que a segregação racial não foi tema combatido pelos políticos locais, no entanto, foi na brecha da negociação possível que as pessoas responsáveis pela fundação do Kênia criam a sociedade e 5 anos depois conseguem o título de utilidade pública.

Escobar (2010), analisando estatutos dos Clubes Sociais Negros, constata que a criação das entidades, durante o fim da escravatura no pós-abolição, tinha como objetivos a garantia de direitos, negados pelo Estado, como direito à educação, sepultamento e de seguridade social em caso de doença. Podemos verificar essa preocupação no capítulo VII do estatuto de 1964, como consta:

Figura 7 – Artigo 37 do Estatuto do Kênia



Fonte: Estatuto Kênia do Clube de 1964

Pode-se observar (Figura 7) o alinhamento com outros clubes sociais negros, os quais também tinham previsões estatutárias que envolviam auxílios financeiro e funerais. Cabe refletir que, em 1960, ano de fundação do Kênia, já se faziam 58 anos de abolição e 57 anos de Proclamação da República. No entanto, a garantia de dignidade para o sepultamento era escassa para a população negra de Joinville. Clóvis Moura (1971) afirma que população negra não teve acesso à cidadania completa no Brasil; ou seja, ela é ceifada de direitos fundamentais, teoricamente garantidos pela Constituição Federal, nos tratados e resoluções internacionais e leis brasileiras.

Ao refletir sobre o direito à educação e os Clubes Sociais Negros, Jeruse Romão (2022) afirma que a educação fez parte do esforço civilizatório dos clubes negros. Segundo a pesquisadora, muitos clubes tinham escola de alfabetização. O primeiro estatuto da Sociedade Beneficente “Kênia Clube”, de 1964, reafirma a compreensão da educação como aspecto relevante para o Kênia Clube. No 1º artigo do estatuto da (1964), na alínea “C”, o documento indica como objetivo da associação “elevar o padrão social e intelectual da gente de raça negra”.

Haja vista que o Kênia Clube é de 1960, 88 anos depois do Clube Floresta Aurora ser fundado, alguns aspectos históricos e culturais aparecem em entidade coirmãs, como, por exemplo, bailes de debutante, concurso da mais bela negra, domingueiras, a presença de times de futebol, escolas de samba e, em alguns deles, constituição de jornais. Também era prática comum a presença em bailes de pessoas de outros Clubes Sociais Negros. Adelmo Brás (2023) registra as danças no clube negros de São Francisco do Sul, chamado Dengo, localizado no centro da cidade, na rua Barão do Rio Branco, assim como no clube negro de Itajaí, provavelmente no Sebastião Lucas. Aprofundaremos essa discussão no terceiro artigo.

Outro aspecto histórico que aproxima as entidades é o fato de que muitos desses clubes conseguiram se estruturar mediante a perspectiva do emprego remunerado, em geral ligados ao serviço público, como ferrovias, policiais ou trabalho mineiro (Escobar, 2010). No estatuto do clube, de 1964, temos o registro das profissões dos membros da diretoria, no qual é marcante a presença de trabalhadores da indústria, do comércio e do serviço público.

Figura 8 – Registro das Profissões dos diretores do Kênia

Art. 52º) Os presentes estatutos foram aprovados por Assembleia Geral de 14-4-64. Ficasse a atual diretoria assim constituída: PRESIDENTE: Miguel de Silva, brasileiro, casado, plainador; VICE-PRESIDENTE: Dorival Lopes, brasileiro, casado, plainador; SECRETARIO GERAL: Antonio de Oliveira, brasileiro, casado, funcionário publico; 1º SECRETARIO: Acácio Junior Pita, brasileiro, casado, mecânico; 2º SECRETARIO: Alfeu de Paulo Tavares, brasileiro, casado, soldador; 1º TESOUREIRO: João Nester Pasilha, brasileiro, solteiro, comerciante; 2º TESOUREIRO: Oscar Oliveira de Silva, brasileiro, casado, soldador. ORADOR (vago) DIRETOR SOCIAL: Aselino Ramos, brasileiro, casado, operario; CONSELHO FISCAL: Rubens Martins, brasileiro, casado, ajustador, Nelson Brandão, brasileiro, casado, pintor e Genésio Electório, brasileiro, casado, comerciante. CONSELHO DELIBERATIVO: Presidente: João Carosio. Secretario: Aselmo Braz. MEMBROS: João dos Santos, Donivaldo Rosa, Luiz Paulo de Rosario, Arnaldo Lopes Pereira, Belmiro Machado, Arnaldo Ramos de Jemmy, José Ramos, Tomé de Souza, Euclides Verissimo da Rosa, Antenor de Oliveira, José Marcelino Rosa, Austino Vicente dos Santos, Aselino Ramos, Arnaldo Lino de Silva, Manoel Braz, Walneise de Rosario, João D. Coelho e Antonio de Oliveira,

Fonte: Estatuto Kênia do Clube de 1964

A figura 8 apresenta as profissões, o estado civil e a nacionalidade dos membros da direção do clube - exceto aqueles que compunham o conselho deliberativo. A compreensão de que membros da diretoria eram homens trabalhadores, com rendimento capaz de financiar a entidade, permite refletir sobre a clivagem econômica e de gênero para estar na direção. O reforço para o aspecto do machismo dentro do clube é seu estatuto de 2006, que registra o nome dos sócios-fundadores sem colocar uma única mulher.

Figura 9 – Registro dos Sócios Fundadores do Kênia

Art. 40º) São associados fundadores os Senhores: Hélio Cardoso Veríssimo, José Francisco Ramos, Rubens Martins, Marcelino Rocha, Luiz Fagundes, José Carlos Nascimento, Luiz Paulo do Rosário, José Domingos Cardoso e Oziel Silva, todos falecidos.

Fonte: Estatuto Kênia do Clube de 2006

O estatuto de 2006 (figura 9) apresenta a figura jurídica: associados e fundadores; entretanto, com um número reduzido em relação aos registrados que estavam presentes no primeiro estatuto. Além disso, contém um erro, que talvez indique a confusão, ao afirmar que todos os sócios-fundadores estão falecidos. No entanto, o senhor Luiz Paulo do Rosário (Alegria) ainda está vivo - inclusive, foi um

dos entrevistados da dissertação. A tentativa de lembrar a história do clube a partir dos fundadores pode ser o fator que levou a constituição dessa figura jurídica. Tanto que no artigo 5º, parágrafo a), a definição de associado fundador está em branco, sem uma definição. Outro fato explicativo possível são as disputas de poder que, em geral, fazem ocultar certas histórias (Maia, 2018, apud Romão, 2022). É o caso das mulheres, ocultadas dos dois registros estatutários, que foram fundamentais¹⁰ para a história da sociedade. A história oral confirma a impossibilidade de pensar o Kênia Clube sem as mulheres.

Ladir Coelho de Oliveira, professora da rede estadual de educação, foi diretora da escola Dom Pio de Freitas, filha de Maria das Neves Coelho e João Damaceno Coelho, um dos diretores do conselho deliberativo do Kênia Clube em 1964. Ladir foi uma das entrevistadas da dissertação. Sobre a atuação das mulheres no clube, relata: “Foi muito boa e importante né [...] organizavam também as coisas, era importante né.” Adelmo Braz (2023) relata que Ladir foi secretária do clube, fato que ela confirma “[...] Sim, mas por pouco tempo sabe [...] foi durante a direção do meu pai [...]”.(Coelho. 2023). Ou seja, mesmo que, em sua percepção, sua passagem pela direção foi de curta duração, o fato de outro diretor lembrar dela como secretária indica sua relevância ocupando o cargo, mesmo não sendo lembrada nos documentos.

Maria Laura Eletório, professora, foi diretora da escola estadual João Colin (que ficava na mesma rua que o Kênia Clube), presidente do Instituto Afro-brasileiro de Joinville, candidata suplente ao Senado Federal, em 2006, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, a primeira presidente mulher do Clube. (Ferreira, 2023)

Nara Ferreira, é uma trancista que empreende individualmente há anos em Joinville, pelas mãos de quem muitas pessoas negras da cidade fortaleceram sua identidade negra. Além ter sido vice-presidente do clube, também foi presidente da Príncipes do Samba (Ferreira, 2023), tornando-se peça fundamental na história da entidade, e tem sua atuação presente nos mais diversos espaços, a exemplo do Conselho da Promoção da Igualdade Racial de Joinville.

Zelândia Custódio da Costa (Tia Fioca), falecida em 2019, era cozinheira da educação municipal. Dona Fioca foi um baluarte do samba em Joinville,

¹⁰ Aprofundaremos no segundo artigo

homenageada em muitos momentos pelo clube e pela escola de samba. Um dos eventos que ocorre anualmente no clube é uma homenagem a ela (Galinhada da Tia Fioca). Além disso, recebeu outra homenagem com o samba enredo da Príncipes do Samba de 2023.¹¹

Vanessa da Rosa (2006) indica que as áreas da educação e da saúde pública foram essenciais para as mulheres negras de Joinville, ao permitir, além da ascensão social, estabilidade financeira familiar. Faz-se necessário lembrar da importância de professora e deputada estadual Antonieta de Barros, primeira parlamentar negra do país, proponente da lei que garantiu o concurso público para docência em Santa Catarina (Romão, 2021). Muito da atuação de Antonieta impactou em todo cenário nacional e luta pelo concurso público na educação, fato que conecta ela com as mulheres negras servidoras públicas na educação do estado.

1.3 Entre a Associação e a Sociedade Kênia Clube: mudanças políticas e estatutárias

Ao consultar o Cartório de Registro Cível de Joinville, constata-se a alteração dos termos estatutários. Em verdade, podemos chamar de uma refundação estatutária, incluindo a afirmação dos valores étnico-raciais. O primeiro estatuto da entidade foi registrado em 27 de julho de 1964, constando como nome: Sociedade Beneficente “Kênia Clube Joinville”, e data de fundação de 6 de setembro de 1960.¹²

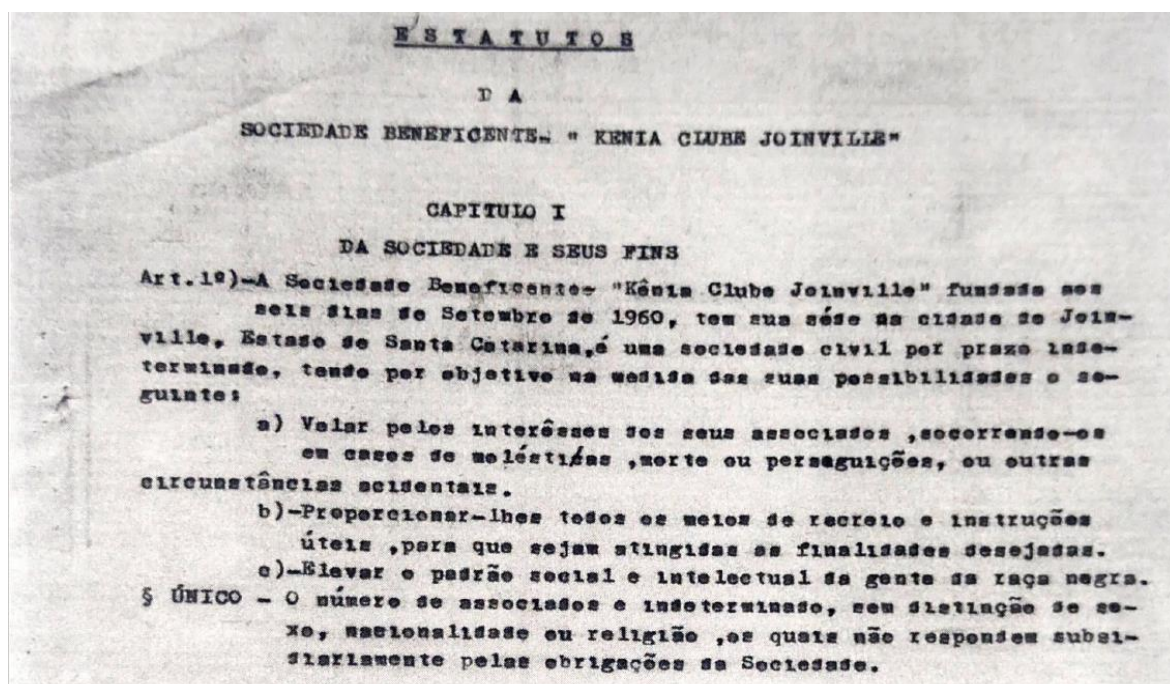
Uma análise do 1º art. do estatuto do Kênia registrado em setembro de 1964, evidencia o contexto da ditadura militar, quando uma das intenções da sociedade era socorrer os associados em caso de perseguições, morte e acidentes. Em plena ditadura militar, em que uma das ferramentas era a perseguição, esse indicativo pode mostrar a preocupação com pessoas associadas.

Figura 10 – Primeiro artigo do estatuto de 1964

¹¹ Divulgação da Galinhada da Tia Fioca

<https://www.facebook.com/kenioclube/photos/a.325861070904103/2273791522777705/>

¹² Estatuto da Sociedade Beneficente “Kênia Clube” 1964



Fonte: Estatuto Kênia do Clube de 1964

Chama a atenção, no primeiro estatuto da instituição (figura 10), que o documento faz pouca menção as questões étnico-raciais, apenas de modo implícito no título e no último parágrafo do primeiro artigo, escrito em uma única linha. Como indica Novaes (2022), a ditadura militar censurou, também, os debates sobre negritude e racismo, ao provocar, além de perseguição, o exílio da intelectualidade negra. No entanto, materializa-se o contexto na expressa proibição de debate político, no artigo 46º "São terminantemente proibidos todas e quaisquer discussões políticas ou religiosas no recinto social". A vedação às discussões religiosas chama atenção, em um período que o catolicismo era religião de 91,3% da população (Campos, 2008). Tal proibição causa estranheza; todavia, cabe dizer que as religiões da matriz africana, em especial o candomblé, foram alvos da ditadura militar (Nascimento, 2022).

O estatuto é o documento que apresenta uma entidade à sociedade e ao poder institucional local; assim, fica visível que o contexto vai interferir na constituição das regras e do próprio funcionamento. O historiador Luiz Antônio Simas (2014) afirma que as escolas de samba não são um espaço de resistência convencional. Desde a década de trinta do século XX, as escolas negociam com o estado, a mídia e o mercado financeiro, no que alternam entre momentos de resistência, negociação e adesão. Ao ampliar tal entendimento aos clubes sociais negros, no caso, do Kênia

Clube, podemos verificar a tentativa de espelhar o discurso de ordem da cidade na construção dos regulamentos da entidade. Dulce do Rosário (2023) lembra que: “Meu Deus era muito chique! É? É os homens de ternos, mulheres, com aqueles vestido, não podia ir sem ter [...] porque senão não entrava. Naquela época tinha que ir bem arrumado.” A obrigação de roupa não consta no estatuto. Contudo, Ladir Coelho de Oliveira e Adelmo Brás (2023), também confirmam a rigidez, principalmente nos grandes bailes. Rosiane Aperecida Silva (2023) descreve:

As pessoas que frequentavam o Kênia geralmente eram jovens que tinha uma boa pinta, digamos assim, né? E se arrumavam muito bem e não para o Kênia, né? Eu lembro que a gente não podia repetir roupa, não é? Se eu ia sábado repetir roupa no outro sábado, né? [...] as pessoas reparavam, entendeu? Olha, a fulana estava semana passada com aquele vestido, estava novamente, então as pessoas realmente tinham que ir bem arrumada, né?

Na confirmação do recorte econômico no Kênia, criavam-se restrições para as pessoas negras pobres participarem do cotidiano da instituição, sem mesmo constar nas regras: a obrigação de usar roupa social nos bailes restringia sua participação. Pode-se verificar tal rigidez em, ao menos, dois artigos, 10º e 33º, que tratam respectivamente dos associados/admissibilidade e direitos/faltas. O artigo 10º previa a perda de direito societários em casos de comprometimento do decoro, assim como de escândalos dentro e fora do Clube, falta de pagamento da mensalidade, desacato e desvalorização social da entidade.

Art 33º) - constituem delitos perante ao clube:

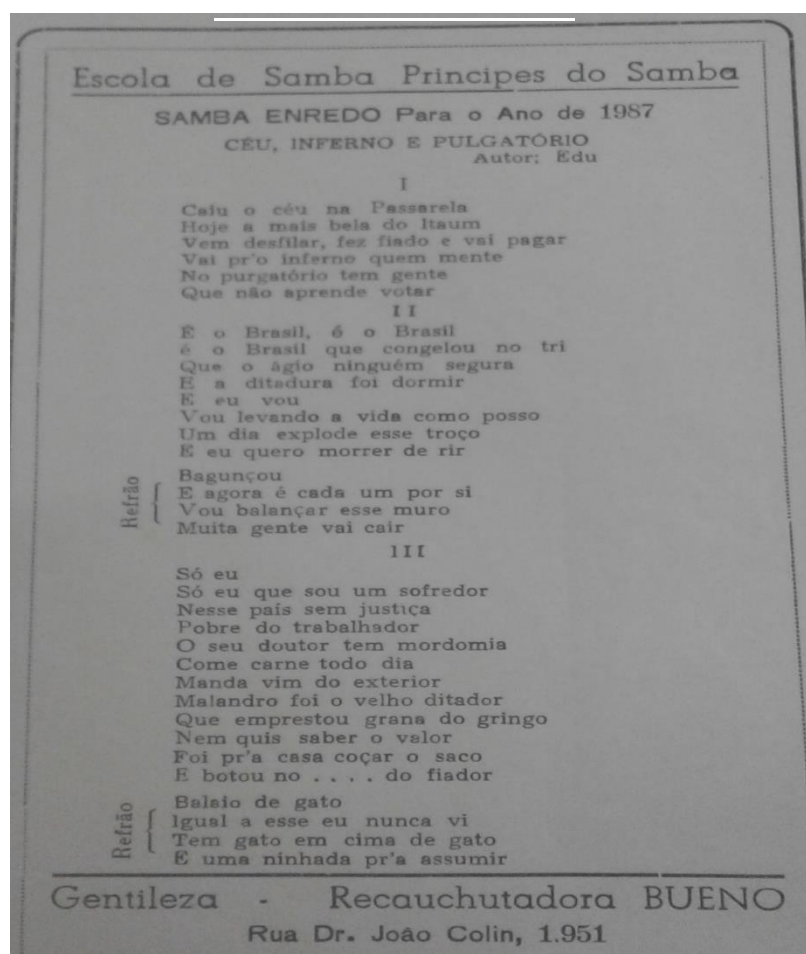
- a) -As insídias levantadas contra a honra erédito e moralidade do clube, que é interna ou externamente
- b) -Destruição proposital de seus bens outros objetos;
- c) -vozerias ou turbulências que possam impedir os trabalhos sociais
- d) - A prática de movimentos indecentes, palavras indecorosas ou atos desonesto, no recinto social do clube. (Estatuto do Kênia,1964)

O artigo descrito acima mostra a tentativa de manter sob estrito controle as ações das pessoas frequentadoras da sociedade dentro e fora da entidade. Cabe refletir que poderia estar no radar o fracasso de outras entidades coirmãs, como o clube 28 de Setembro de Joinville/SC, que fechou suas portas devido às brigas, como aponta Marina L. Silva, em entrevista para Maria da Consolação Pereira Osório (1996, p.28).

Para Luiz Antônio Simas (2016 e 2018), a negociação foi um importante elemento político para a resistência das culturas afro-brasileiras contra o poder colonial, que tinha (e ainda tem) como projeto político o genocídio físico e epistemológico das populações não-brancas.

Um momento que demonstra o afastamento crítico do estado ocorreu na transição do regime militar para o estado democrático. Exemplo dos problemas vividos pela população negra podem ser encontrados no final da estrofe do samba enredo de 1987 da Príncipes do Samba, escola de samba ligada ao Kênia (1987)¹³. A crítica ácida e bem-humorada, fugindo de qualquer decoro exigido dos associados do Kênia do clube, dizia assim em sua letra:

Figura 11 – Samba enredo da Príncipes do Samba (1987)



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville

¹³ A Príncipes do Samba é o segundo nome da escola Kênia, a primeira era intitulada Amigos do Kênia, iremos discutir com maior profundidade no segundo artigo.

A letra do samba-enredo de 1987 (figura 11) da Príncipes do Samba escancara a posição da entidade frente à saída dos militares do poder. O samba, de forma potente, descreve a situação econômica do país, com ciência de que a crise econômica incide sobre as pessoas negra (Almeida, 2018): a reflexão do samba enredo é reflexo da comunidade. Ressaltamos que, em muitos momentos, a escola é quem faz a crítica política no Kênia¹⁴.

A alteração ou cancelamento do estatuto de 1964, como está registrado no cartório de registros civis de Joinville, marca três grandes mudanças na história da entidade, na aprovação do novo estatuto de 2006, sob presidência de Ideraldo Luiz Marcos. A primeira é a alteração do nome de “Sociedade” para Associação Beneficente Kênia Clube de Joinville.

A segunda alteração é a retirada das regras rígidas presentes no antigo estatuto. A questão da rigidez foi apontada por Dulce do Rósario (2023), que constata que era importante mudar, devido à mudança da juventude. Entretanto, além do anseio juvenil, também as disputas de poder são vitais na compreensão dos conflitos, tanto de geração, como familiares, no controle do clube (Escobar, 2010).

Dona Dulce do Rosário, ao comentar sobre as disputas pelo controle do clube, destaca: “Naquela época era. Daí eles entravam, mas queriam do jeito deles. Mudavam muita coisa né. Daí, ou a pessoa saía. Porque, você aqui não manda mais nada [...]”. Ela, como companheira de Luiz Paulo do Rosário, um dos fundadores da entidade e ex-presidente, vivenciou diversas dessas disputas. Nesse sentido, os conflitos no interior do clube mostram que as diferenças são latentes e constantes e envolvem uma gama de circunstâncias em que a identidade racial não é pacífica.

A terceira alteração chama atenção pelo reposicionamento em relação às questões étnico-raciais. O estatuto anuncia-se em seus artigos com muito mais ênfase, como podemos observar:

Art. 2º) A Associação, cujo prazo de duração é indeterminado, tem por fim:

- a) Promover reuniões e versões de caráter social, cultural e cívico, visando a difusão da cultura e dos costumes afro-descendentes
- b) Incentivar a prática de esportes como meio de integração entre raças
- c) Participar de reuniões e diversões semelhantes às suas, promovidas por entidades congêneres ou autoridades públicas
- d) Desenvolver o espírito associativo entre os seus associados e suas famílias
- e) Preservar a cultura afro-descendente, transmitindo seu legado às novas gerações. (Estatuto do Kênia, 2006)

¹⁴ Aprofundaremos no 3 artigo em que analisaremos as escolas de samba do clube

O contexto que ocasionou a mudança estatutária conta com a efervescência das discussões sobre questões étnico-raciais, a partir da forte participação na constituinte de 1988; a Marcha para Zumbi, em 1995; Conferência Mundial o contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban (2001); a eleição do Presidente Lula, em 2002; a promulgação da lei que obrigava o ensino de cultura e história africana nas escolas do país; e, a I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, em 2005. Dessa forma, reforça a compreensão de que a instituição Kênia Clube responde ao contexto histórico-cultural e político. (Romão,2022)

Devemos destacar as incorporações estatutárias que vão afirmar que o objetivo da entidade era ser difusora dos costumes afro-brasileiros, com a promoção do esporte como forma de interação racial, e preservar a cultura afro-brasileira a fim de transmitir seu legado para as novas gerações. As alterações parecem estar em linha com fatos históricos e políticos que transformaram, além da compreensão de cultura, as ideias sobre patrimônio cultural e memória, bem como de raça e racismo, de acordo com o artigo 2º do estatuto da Sociedade Beneficente Kênia Joinville (1964).

No campo das políticas de patrimônio, o realinhamento para a busca da preservação do legado do clube, respondia às concepções de patrimônio presentes tanto na Constituição Federal de 1988, como no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Assim, as demandas da população negra começavam a ganhar tração, também, com a promulgação da Lei 10.639/2003 (Brasil,2003), que instituía a obrigatoriedade do ensino de história da África e afro-brasileira na educação, fornecendo subsídios para a reflexão sobre questões raciais no ambiente educacional. Da mesma forma, as conferências de promoção da igualdade racial, ocorridas em 2005, suscitaram debates acerca dos clubes sociais negros como espaços de memória, o que culminou na formação da primeira organização nacional dos clubes negros, resultado direto da referida conferência (Escobar, 2010).

2. “O Kênia monumento de uma raça”: o patrimônio imaterial negro de Joinville

Resumo: Neste artigo, exploramos do racismo institucional e os processos de patrimonialização dos Clubes Sociais Negros, especialmente no Kênia Clube, analisando a atuação das instituições responsáveis pela preservação dos bens culturais. Investigaremos os pedidos realizados pela Comissão dos Clubes Sociais Negros do Brasil e pelo Kênia Clube de Joinville – SC. Examinaremos os argumentos do IPHAN para negar o reconhecimento aos Clubes Sociais Negros, comparando as legislações brasileiras sobre patrimônio imaterial, olhando também para a situação dos Clubes em Santa Catarina. Destacamos como a violação do direito à cultura, especialmente no contexto da patrimonialização e valorização dos Clubes Negros, impacta na histórias das pessoas vinculadas a essas entidades. Bem como, buscamos compreender os fatores que levaram a COMPHAN, órgão responsável, a reabrir o processo e conceder o tardio reconhecimento ao Clube. Concluímos a emergência da luta contra o racismo institucional na preservação do patrimônio cultural, a exemplo do tardio reconhecimento do Kênia Clube em Joinville. Mostrando que a persistência e a luta são necessárias no acesso aos direitos culturais, e preservação dos bens culturais afro-brasileiros

Palavras-chave: Racismo Institucional, Agências de Patrimonialização, Direito a Cultura, Patrimônio Negro

Introdução

Neste artigo refletiremos o racismo institucional e os processos de patrimonialização dos Clubes Sociais Negros, em especial do Kênia Clube, buscando investigar como as instituições responsáveis pela salvaguarda dos bens culturais agem. Principalmente nos pedidos realizados pela Comissão dos Clubes Sociais Negros do Brasil e do Kênia Clube de Joinville – SC.

Afim, de analisar os argumentos usados pelo IPHAN para negar o reconhecimento aos Clubes Sociais Negros analisaremos relacionados com as legislações brasileiras que versam sobre patrimônio imaterial, bem como, buscaremos verificar a situação dos Clubes em Santa Catarina.

Assim como, investigaremos como a violação do direito à cultura em específico de patrimonialização e valorização dos Clubes Negros, impacta na continuidade e no fluir da cultura, das pessoas identificados em essas entidades. Procurando compreender os fatores que levaram a COMPHAN órgão responsável reabrir o processo e dar o tardio reconhecimento ao Clube.

2.1 – Clubes Sociais Negros: Racismo Institucional e Negação dos Direitos

Os clubes sociais negros foram e ainda são locais de memória fundamentais na história brasileira, principalmente para a população negra, que é o maior contingente populacional do país de acordo com o IBGE (2023). Presentes no país desde 1872, o Clube Floresta Aurora em Porto Alegre (RS) foi o primeiro expoente, a partir do qual foram constituídos outros Clubes Sociais Negros no país.

Entidades similares ou coirmãs foram fundadas entre os séculos XIX, XX e XXI, principalmente durante o século XX, em sua maioria nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina (IPHAN, 2015). Registra-se pela história oral que diálogos, trocas e participação em atividades entre Clubes Sociais Negros eram comuns. Adelmo Brás aponta (2023) “Teve um ano que a gente foi [...] passar uma páscoa em Criciúma, e foi dançar em Tubarão [...] A gente ia dançar em São Chico em Itajá, a gente ia muito né”.

A memória de Seu Adelmo (2023), registrando sua participação nos clubes de Tubarão-SC, que sedia dois Clubes - o Cruz e Souza e o 13 de Maio; em Criciúma, que tem o Fronteira Sul e o União Operária; e em Itajaí-SC no Sebastião Lucas, reforça o argumento das trocas entre instituições.

Lembrança ratificada por Dona Dulce do Rosário (2023) “De Itajaí vinha muita gente (...) por isso que eles aqui se organizaram, eu acho, pelo de lá. Não lembro bem, assim né. Mas pela reunião deles, assim. (*Narra um diálogo*) Itajaí tem, porque Joinville, não?”. O Clube Sebastião Lucas foi fundado em 1950, 10 anos antes do Kênia, pela proximidade das cidades, cerca de 85 Km, é razoável creditar a memória da entrevista.

O registro de diálogo e referência entre Clubes Sociais Negros vai ficar registrado direta ou indiretamente. Os depoimentos revelam uma troca, igualmente perceptíveis nas estruturas dos documentos de fundação que apresentam similaridades (Escobar, 2010). Outro fator comprobatório da união, luta e resistência é a organização para exigir a valorização e preservação de forma coletiva, a partir de 2005, com a organização dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul, culminando na Carta de Santa Maria (RS) exigindo valorização, preservação e incentivo às instituições.

Em 2006, organiza-se a Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros, cunhando para si o termo Movimento Clubista, por indicação do intelectual e militante do movimento negro Oliveira Silveira, conforme menciona Giane Vargas (2010). O pedido de reconhecimento como patrimônio imaterial nacional em 2009 é pensado, articulado e proposto por esse coletivo.

O pedido levou o IPHAN, com o aporte financeiro da Fundação Palmares, a realizar o mapeamento dos clubes em 2015, baseando-se em levantamentos e pesquisas já realizados pelo movimento clubista. O órgão identificou 107 clubes sociais negros na maioria das regiões do país. No entanto, o órgão negou o pedido de reconhecimento coletivo como patrimônio imaterial nacional em 2015. O parecer técnico do IPHAN apresentou problemas, começando pela metodologia empregada. Em algumas superintendências, o contato com os clubes ocorreu mediante ligação telefônica ou e-mail, enquanto em outras os contatos foram presenciais. Uma das justificativas em que o órgão se baseou para a negação do registro como patrimônios imateriais brasileiros para os Clubes Sociais Negros foi a continuidade histórica (IPHAN, 2015, p. 47).

Embora a definição de clubes social negra elaborada pelo movimento clubista não mencione nenhuma característica relacionado ao tempo de fundação dos clubes, é necessário atentar para esse ponto, uma vez que um dos requisitos para reconhecimento oficial refere-se à continuidade histórica e, nesse sentido, é importante considerar se o tempo de existência dos clubes corresponde ao mínimo exigido para reconhecimento formal.

Estranhamente o parecer do IPHAN, afirma que os Clubes Sociais Negros não têm continuidade histórica, por considerar o tempo de existência para o reconhecimento formal. Contudo, o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (2015), não exige tempo de existência como critério para o reconhecimento.

Sendo o Brasil signatário da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO 2003, define o conceito de bens e materiais como: (2015, p. 11)

Patrimônio imaterial – “(...) São os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos objetos artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes - que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural e material, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história infundindo-lhes um sentido de identidade e continuidade contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à queria atividade humana”

Ainda assim, o parecer do órgão negou o reconhecimento, baseando em um entendimento estranho aos seus conceito e resoluções de patrimônio imaterial. O parecer também cita a falta de participação da juventude nos clubes, as drásticas condições estruturais e o fim a existência de algumas dessas instituições para negar o reconhecimento.

Ao passo que o IPHAN e seus congêneres nos estados deveriam salvaguardar os Clubes Sociais Negros, não é o que acontece, talvez os Clubes que fecharam as portas tivessem maior sorte caso fossem reconhecidos anteriormente. Em santa Catarina, não é muito diferente. Tendo identificados no estado 23 clubes e 14 localizados pelo mapeamento realizado pelo IPHAN em 2015, nenhum foi

considerado patrimônio pela FCC¹⁵, fato que podemos verificar no livro de patrimônios do estado¹⁶.

A negligência na preservação, dos Clubes Sociais Negros tem relação com o racismo institucional, sua materialização é anterior ao pedido de reconhecimento do Movimento Clubista, sendo operado a olhos vistos em Santa Catarina e em Joinville, a exemplo do subfinanciamento do carnaval, morosidade em patrimonializar o próprio Kênia, quase o levando a falência na década de 1990.

Neste período, o clube em dificuldades financeira, organizou-se para se manter. Vendo na concessão ao empresário José Fernando do Nascimento (Maceió) uma saída para a crise financeira. O convênio firmado garantiria ao concessório explorar o clube entre 1997 e 2002, tendo, como contrapartida, um terreno para construção da quadra da escola de samba e a reforma do prédio (A Notícia, 2002, p.10). Durante a concessão, a sede abrigou a boate Designer (A Notícia, 1997); no entanto, a promessa da quadra da escola não se concretizou - apenas uma pequena reforma na parte da frente do clube.

Com o estrangulamento do carnaval, as dificuldades financeiras e a diminuição dos associados do clube (A Notícia, 1997), a direção buscou solucionar a questão financeira do clube.

Figura 12 - A concessão do Kênia

¹⁵ Lista dos Patrimônios Imateriais de Santa Catarina, disponível em <<https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/patrimonio-imaterial#mestre-de-artes-e-oficios>>

¹⁶ Catálogo de Tombamentos Estaduais



Fonte: Jornal A Notícia. 27/09/1997

A crise financeira se agravou com o fim do financiamento público do carnaval, em 1993 - política que fortaleceu cultural e financeiramente o clube por vinte anos, devido o reconhecimento obtido com diversos os campeonatos conquistados.¹⁷ No entanto, a institucionalidade municipal, entre os anos de 1988 e 1992, diminuiu as verbas, até pôr fim na gestão do Wittich Freitag, retomando um parco investimento no ano de 2000 (Coutinho, 2018). Apesar desse momento, as atividades na Designer continuaram a ser ligada à população negra em especial a juventude, eventos de Hip Hop e Rock ganharam espaço na sede do clube¹⁸.

Mesmo com as garantias constitucionais, o direito à cultura das populações negras ainda é negado (Bastos, 2012; Gusso, 2017), haja vista que o carnaval de samba organizado desde final da década de 1960, emergido dentro do Kênia Clube, pelas mãos de Seu Adelmo Brás, baluarte do carnaval de escola de samba na cidade (Guerreiro, 2020), não tem garantia de financiamento público para acontecer, dependendo da auto-organização das agremiações, ainda não integrando o calendário de festas da cidade e, muito menos, conta com aporte financeiro público para acontecer.

¹⁷ Aprofundaremos no segundo artigo

¹⁸ Aprofundaremos no segundo artigo

Figura 13 – A retomada do Kênia

Kênia quer retomar sua tradição

Calendário de promoções é elaborado para que casa volte a reunir, especialmente, o negro joinvilense

MARCOS DE OLIVEIRA

Tradicional sociedade da raça negra joinvilense a Sociedade Beneficente Kênia Clube, situada na Zona Sul da cidade, retomou depois de um longo período que permaneceu desativada. Desde a morte do fundador Ideraldo Luiz Marcos, o Neco, recém-eleito presidente, o clube apresenta uma nova proposta, promovesse uma abertura e discussão com um calendário de eventos que congreguem os negros de Joinville. "Não podemos deixar o Kênia morrer, afinal é um clube que possui 42 anos de tradição e história, mas é preciso apagar do nada a comunidade", diz Neco.

Vale lembrar que durante cinco anos o Kênia ficou sem sede. Em setembro de 1997 foi firmado um convênio de parceria com o empresário José Fernando Nascimento, o Macaco, de São Francisco do Sul. Ele iria explorar a sede durante cinco anos. A contrapartida seria uma ampla reforma no prédio e decoração. Também fazia parte do acordo a doação de terreno por parte do empresário para o Kênia promover eventos, uma quadra de samba, para manter a tradição de ter sido a primeira escola de samba de Joinville.

Passados cinco anos a sede, então reformada, estava pronta para o clube, que chegou mais do que nunca. "Temos o compromisso de manter o espírito das fundações, como Heitor Cardeiro, Veríssimo, José Francisco Barros, Roberto Martins, Marcelino Rocha, José Carlos Nascimento, Luiz Fagundes, Luiz Paulo da Silveira, José Domingos Cardoso, Osvaldo Silva e outros", lembra o presidente. Para isso o clube elaborou uma programação que inclui shows, nos domingos, com a tradição das "tardes de canja", com muita música e pagode.

Portanto, segundo Ideraldo Luiz Marcos, a intenção não é ficar restrito às promoções de domingo, pelo contrário, "pretendemos realizar vários eventos. Como por exemplo, eventos em grandes bairros que o Kênia realizou em datas especiais, as conhecidas "domingueiras" ao redor de samba e música", explica o presidente. Outra meta da nova diretoria é reorganizar o quadro de associados do clube.

Ideraldo assume presidência com proposta de revitalizar o Kênia

História ligada ao Carnaval

Nos anos 70, o Kênia lançou o carnaval de rua e Carnaval de salão, consolidando-se como o "clube dos negros", sendo frequentado por pessoas de todas as raças que queriam que, com o tempo, Neco lembrasse um bom samba. Neco lembra que, com o desinteresse do poder público e contando com poucos recursos, a festa foi diminuindo até que o clube caiu no esquecimento, sendo praticamente abandonado. Cinco anos depois o Kênia retorna para o clube, mas continua com sérios problemas financeiros.

Neco relata que a falta de um quadro de associados forte deriva a situação quase inexistente. "Mas estamos sendo feitos a fim de regular nossa identidade, por meio de promoções populares, queremos dar credibilidade às nossas ações, mas para isso precisamos contar com o apoio da comunidade joinvilense", finaliza o presidente.

Ideraldo conclama os antigos frequentadores do clube e toda a comunidade negra de Joinville a unir forças em busca da revitalização total da tradição do clube. "Vamos voltar a ter um bom ponto de encontro", diz (M).

Preocupação com o social

O presidente lembra que o Kênia foi fundado em seis de setembro de 1960, inicialmente com o objetivo de fazer trabalhos filantrópicos de ajuda às necessitados de ordem social para a comunidade negra de Joinville. Ideraldo Luiz Marcos, o Neco, lembra que constava no estatuto, da época, itens interessantes. Tipo: ajudar os interesses dos associados, procurando-os em casos de doenças, mortes ou perseguições ou outras circunstâncias acidentais.

Da então, elevou o padrão social e intelectual da gente da raça negra. Também, proporcionar aos membros de ensino e instruções diretas, para que sejam atingidas as finalidades desajadas. "Não se a preocupação dos fundadores do clube em oferecer uma condição básica necessária para a comunidade negra, no que se refere a lazer e problemas sociais, já que a época, éramos completamente desprezados da integração social em Joinville", explica o presidente.

Em 27 de julho de 1964, houve a primeira abertura no estatuto do clube, onde houve a preocupação de apresentar os objetivos da sociedade, estabelecendo maior abertura na entidade que a partir de então, passou a permitir o acesso de pessoas brancas aos bailes e promoções. Os bailes denominados de "domingueiras", eram realizados nos domingos. Posteriormente, tiveram os bailes também aos sábados, depois bailes das debutantes e do Natal (M).

Netvision

Todas opções de conectividade bem ao seu lado

Internet Discada • Via Rádio • ADSL • VPL • Dorrino • Hospedagem de sites

www.netvision.com.br

Terraco Center (tórno), Joinville SC

Conexão Discada

Full time: horas limitadas R\$ 25,00 mensais

Light: horas limitadas R\$ 9,00 mensais

(47) 433.7931 - 422.4767

Fonte: Jornal A Notícia. 29/09/2002

A notícia vinculada pelo jornal A Notícia, exposta acima, contou a retomada do Kênia na sua sede, com uma entrevista com o presidente Ideraldo Luiz Marcos (Neco), que detalha que, durante a concessão, o clube ficou sem sede. A retomada seria para retomar os princípios da entidade, no resgate do quadro societário e dos eventos, como as domingueiras e as tardes de canja. A entrevista do antigo presidente confirma que o fim do financiamento público do carnaval impactou significativamente as finanças da instituição. Outra informação importante é que o estatuto de 1964 já era uma alteração do estatuto. Infelizmente, não tivemos acesso a esse estatuto. Neco deixou transparecer as preocupações sociais-culturais do clube com as pautas das populações negras. Vale ressaltar que foi na gestão dele que o clube ampliou os aspectos étnicos-culturais em seu estatuto.

No ano de 2003, no Jornal Primeira Pauta de Joinville, o Kênia faz um apelo pela retomada do carnaval da cidade, fato atendido pela prefeitura somente em 2006, no formato sem competição. O carnaval competitivo somente voltaria a ocorrer na cidade entre 2014 e 2015, sendo cancelado pela falta de financiamento público em 2017, bem como em 2020 e 2021, no período pandêmico (Secult, 2023).

Durante a segunda década do século XXI, o Kênia reforçou o caráter cultural promovendo aulas de danças de salão, oficinas, acolhendo reuniões e eventos dos movimentos sociais da cidade, em especial dos movimentos sociais negros.

Figura 14 - Aula de Cavaco



Fonte: Acervo Kênia Clube

Figura 15 – Uhuru do Movimento Negro Maria Laura



Fonte: Acervo Movimento Negro Maria Laura 2016

A figura 15 retrata o Baile Bom, organizado pelo Movimento Negro Maria Laura, em 2016; a figura 14 traz a divulgação das aulas de cavaco e banjo, realizados na entidade em 2018. Ambas as atividades aconteceram na abertura do clube para congregar aspectos da cultura negra, em especial da juventude, que sempre esteve, de alguma forma, presente no Kênia Clube.

Em 2015, a direção do clube solicita ao programa de mestrado em Patrimônio Cultural da Univille um estudo para viabilizar o reconhecimento do Kênia Clube como Patrimônio Imaterial da cidade, reconhecimento que somente acontece em 2022 ¹⁹.

Figura - 16



Fonte: Inventário participativo do Kênia, 2021

Figura – 17



Fonte: Canal Youtube do ND TV, 2022

Na figura 16, temos a imagem do encontro final com a turma do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, em 2015, que ajudou a fundamentar o

¹⁹ Aprofundaremos no terceiro artigo

pedido de reconhecimento como patrimônio imaterial do Kênia. Em sequência, na figura 17, o momento em que o clube recebe, em 2022, o reconhecimento como patrimônio imaterial pelo poder público local. Ambas transparecem a mobilização para o reconhecimento público da história da entidade que, mesmo tardio, pode ser interpretado como um marco para cidade.

Simas (2016) considera que o esforço político de manter viva tanto as pessoas negras como a pluralidade da cultura negra, foi realizado na fresta do poder; ou seja, na brecha dada pelo poder hegemônico, gingando e driblando malandramente o projeto colonial. A história da Sociedade Beneficente Kênia Clube exemplifica que, em momentos críticos, era preciso negociar para se manter vivo em território hostil, projetado e incentivado pelo estado brasileiro para ser o protótipo do embranquecimento da nação. Assim, oposição e crítica calculadas expressam a necessidade de existir e resistir no precário e na escassez (Simas, 2018).

2.2 “O Kênia Clube: patrimônio negro de Joinville

“O Kênia monumento de uma raça, Branco Azul cheio de graça, olha Kênia sou seu Fã” (1982). A letra do samba enredo, Monumento de uma Raça (1982), mostra a intencionalidade da Sociedade Beneficente “Kênia Clube Joinville” de ser um monumento da população negra, ocultada pela elite local da história. Em palestra proferida no Seminário de 150 anos do Clube Floresta Aurora, Petrônio Domingues (2022) descreve que a epistemologia da palavra monumento tem sentido de “[...] lembrar algo e não permitir cair no esquecimento. Aquilo que nos toca pela emoção.” Nesse caso, as pessoas que estiveram no fundamento da entidade e nomearam o clube remetendo a um território africano, escolheram lembrar da terra de seus ancestrais, para não cair no esquecimento, em um espaço social que repele, as culturas não-brancas.

Marcos Antônio Cardoso (2012) descreve o significado da palavra patrimônio: herança, bem ou conjunto deles, recebida por antepassado, que deve ser preservado e passado aos próximos descendentes. Tal perspectiva de patrimônio não é nova, muito menos pacificada. No entanto, o historiador apresenta uma importante contribuição no sentido de pensar o patrimônio como, também, uma projeção da história e memória de um grupo para gerações futuras. Nesse sentido, os bens patrimoniais podem ser vistos como produto de um processo cultural cujo

reconhecimento, consciência e valorização, quando imbuídos de representatividade histórica, pode ser utilizado como vetor de transformação, fortalecimento identitário, estimulador de memórias e de espaços de pertencimentos para diversas gerações.

Dessa forma, faz-se necessário um pequeno mergulho no conceito de patrimônio cultural. Para Chuva (2020), a categoria patrimônio tem diversos sentidos, os quais vêm sendo disputados e transformados dentro do próprio campo de conhecimento. A autora aponta para duas divisões relativas ao patrimônio: “aos bens de natureza material (os bens móveis e integrados e os bens imóveis) e outro relativo aos bens de natureza imaterial (os ofícios, celebrações, e formas de expor da cultura tradicional e popular)”. No entanto, cabe notar outras divisões de patrimônio cultural definidos pela UNESCO, a partir de suas convenções, que incluem a categoria Patrimônio Cultural Natural. Mas, também, já temos debates em torno de outros patrimônios como o digital.

Ou seja, existe uma constante disputa no campo do patrimônio que o provoca, por vezes, a incorporar novos desafios do patrimônio cultural. Um exemplo disso é a ideia de patrimônio cultural negro, que vem sendo pensada por intelectuais como Muniz Sodré (1986), Lília Abadia (2010) João Carlos Nogueira (2012) Tânia Tomázia do Nascimento (2012) Kabenguele Munanga (2012), Marcos Antônio Cardoso (2012), Delton Aparecido Felipe (2015) e Marta Abreu (2018).

Um instrumento importante na definição do conceito de patrimônio cultural é a Constituição Federal de 1988. Ela define, no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988).

Isto posto, os acúmulos culturais, identitários e de memória dos clubes negros, comprovam, à luz da Constituição Federal, que eles são elegíveis como patrimônio cultural brasileiro. Ao avançar nessa questão, é possível enquadrar esses clubes como patrimônio negro. Para Cardoso (2012, p. 33): “O patrimônio cultural negro constitui-se, então, nestes espaços-lugares de vivência da tradição cultural negro-africana, compreendido como memória que articula ao mesmo tempo a

relação entre o passado, o presente e o futuro.” Ao pensar as manifestações culturais negras, Cardoso (2012, p. 23) pontua que:

Herdamos valores culturais fundamentais que constituem traços importantes das nossas identidades daqueles que conhecem profundamente as tradições – as mulheres e homens que vivenciam cotidianamente as religiões de matriz africana. Essas tradições nos legaram valores civilizatórios pautados por uma ética que emana da vivência comunitária e da experiência histórico cultural. Esses valores atravessam esses espaços simbólicos, aos quais, nomeamos como territórios culturais negro-africanos. Estes territórios culturais negros representam o patrimônio cultural negro.

Dessas tradições, destacamos os princípios filosóficos de ancestralidade e oralidade, que são centrais para as culturas africanas e afro-brasileiras. Ambos caminham como princípio epistemológico (Simas, 2018); sem os quais, é impossível entender a relação entre patrimônio cultural negro e as comunidades negras que conseguiram fruir a cultura na diáspora brasileira, mesmo com toda a restrição provocada pelas noções racializadas das instituições brasileiras (Almeida, 2018).

A historiadora Maria Consolação Pereira Osório (1996) aponta que o processo de invisibilidade da população negra em Joinville tem relação direta com as múltiplas facetas do racismo, sendo a ocultação uma delas (Maia, 2018, apud Romão, 2022). Tal fenômeno materializa-se na história oficial da cidade e na historiografia, ao fazer do silêncio instrumento de negação da presença negra na cidade (Osório, 1996; Guedes, 2007; Cunha, 2008; Machado, 2012; Santos 2012; Fernandes, 2019). Singulane (2021) evidencia que o racismo institucional e o racismo estrutural definem a atuação de diversas instituições, -anto privadas como do estado - como as de patrimonialização, que produzem e reproduzem as desigualdades raciais. Tal fenômeno mantém as populações negras restritas de acesso aos direitos culturais, como explica Bastos (2012, p. 85)

No Brasil, podemos dizer, sem medo de cometer injustiças, que os direitos culturais e humanos enfrentam grande dificuldade de assimilação por parte da sociedade, políticos e também por parte do Judiciário, visto no conjunto, bastante conservador. Infelizmente, essa conduta não é exceção, é regra.

Assim, podemos verificar que o racismo ainda fundamenta as tomadas de decisões dos órgãos responsáveis pelo reconhecimento do patrimônio cultural em todos os níveis. No âmbito municipal, materializa-se pelo baixo número de bens

culturais representativos da cultura negra reconhecidos, bem como pela demora para tal reconhecimento - no caso da Kênia Clube, o processo levou sete anos para ser finalizado, somente andando em meio a casos gravíssimos de racismo envolvendo o poder executivo local.

Em abril de 2022, o fórum para escolha dos conselheiros municipais de cultura de 2022 foi palco de manifestação abertamente racista vinda de uma servidora responsável pela execução das demandas administrativas (O Município, 2022). Em uma tentativa de resposta de medidas para combater o preconceito, a Diretora Executiva da Secretária de Cultura e Turismo (SECULT), afirmou “saber o que é preconceito, por ser loira, filhinha de papai e mulher”. Não é diminuir a opressão de gênero; entretanto, a fala da referida diretora evidencia falta de conhecimento das relações étnico-raciais. No mesmo mês, foi a vez da Secretaria de Educação (SED) negligenciar um caso de racismo religioso e agressão, ocorrido em uma escola do município²⁰,. A mesma Secretaria de Educação que, em 2023, teve outro caso de racismo. Dessa vez, com uma criança de 13 anos, acusada de estar fumando maconha fora da escola (quando, em verdade, chegou atrasada por estar doente). A escola chamou a guarda municipal, que revistou ilegalmente a criança dentro da escola.²¹

Os casos do ano de 2022 foram denunciados pelos movimentos sociais, em especial pelo Movimento Negro Maria Laura, Casas de Santo e o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), o que resultou, a pedido da COMPIR, em uma audiência pública, no dia 01 de julho de 2022 - a qual, em cima da hora, foi transformada em reunião ampliada, desobrigando a presença dos secretários, tanto que esteve presente somente o Secretário de Educação, Diego.

Os fatos envolvendo a SECULT e SED confirmam que o racismo é fenômeno histórico e relacional, profundamente arraigado na sociedade brasileira, inclusive em sua institucionalidade (Almeida, 2018). Os dois casos, com a Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ) e, novamente, com a SECULT, ajudam a materializar o conceito de racismo institucional. Fato que se reitera após o resultado das ações culturais a serem apoiadas pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC),

²⁰ Reportagem publicada em 27/04/2022. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/seguranca/mae-denuncia-caso-de-racismo-religioso-em-escola-de-joinville-sentimento-de-impotencia/>>

²¹ Reportagem publicada no O Município em 06 de julho de 2023. Disponível em: <<https://omunicipiojoinville.com/video-mae-de-aluno-denuncia-caso-de-injuria-racial-em-escola-de-joinville/>>

em que dados apontam que apenas 8 projetos foram contemplados na categoria relacionada aos patrimônios culturais negros, do total de 61 projetos.²²

Os vereadores do partido Novo, partido com orientação conservadora e liberal, propuseram, em 17 de agosto de 2023, o Projeto de Lei Ordinária Nº 163/2023, que previa a proibição de ações que valorizem aspectos raciais, políticos e religiosos. Além disso, o projeto de lei 163/2023 visa precarizar o financiamento municipal da cultura, ao obrigar os aspectos turísticos nas futuras ações. O setor cultural sequer foi consultado, e manifestou contrariedade nas redes sociais e na 5ª Conferência Municipal de Cultura, em que foram aprovadas, pelo plenário, duas moções de repúdio à proposta de alteração.²³

Na mesma conferência, foram aprovadas as notas de apoio ao Kênia Clube e repúdio à Comissão de Análise de Projetos (CAP), em decorrência da nota 7,5 de relevância cultural, obtido pela entidade na categoria mecenato do SIMDEC, nota dada pela Comissão de Análise de Projetos (CAP). Sobre a composição da comissão da lei que institui o SIMDEC de nº 5372/2005, indica:

Art. 18 A Comissão de Análise de Projetos - CAP, nomeada por decreto do Prefeito Municipal, será composta por 10 (dez) membros, de comprovada idoneidade e reconhecida notoriedade na área cultural, distribuídos da seguinte forma:

- I - como presidente nato, o Diretor Presidente da Fundação Cultural de Joinville, cabendo a ele o voto de desempate;
- II - cinco (5) membros indicados pelo Conselho Municipal de Cultura, dentre os representantes de instituições de classe com atuação no meio cultural;
- III - quatro (4) membros indicados pelo Prefeito Municipal. (Joinville, 2005)

Nota-se que, mesmo com 63 anos e um ano após o tardio reconhecimento como patrimônio imaterial da cidade, para os integrantes da CAP, a relevância cultural do primeiro patrimônio negro da cidade parece parca perto dos outros 162 patrimônios materiais ou paisagísticos de Joinville - na sua imensa maioria, ligados à cultura europeia. A tentativa de narrar a história apenas pela perspectiva germânica

²² Ambas as moções estão no Relatório Final da 9ª Conferência Municipal de Cultura. Disponível em <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Relatorio-9a-Conferencia-Municipal-de-Cultura.pdf>>

²³ Durante a Conferência Municipal de Cultura, questões pertinentes ao tema foram discutidas (Vídeo da Conferência Municipal de Cultura, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9cCplENdj2s&t=8906s>).

transforma-se em ação dos poderes estatais. Nesse sentido, verifica-se o quão o Kênia Clube galgou para permanecer e resistir como patrimônio cultural negro.

As instituições municipais poderiam dizer que desconhecem a história do clube, como é o caso do Clube Negro 28 de Setembro; mas, no caso do Kênia, em 1965, a Câmara de Vereadores de Joinville já concedia o título de utilidade pública ao clube. Ao analisar a história do Clube Social Negro de Joinville, ressalta-se que o campo social sempre está em disputa, no caso, das disputas em torno do patrimônio, da memória e história. É visível a disparidade e desigualdade social no processo estatal para proteção, incentivo e valorização dos aspectos culturais.

A disparidade apresenta-se na própria história do aparato estatal brasileiro, que, por muito tempo, compreendeu pessoas negras como objetos, proibindo acesso à terra, à educação, à saúde e à dignidade humana, diga-se de passagem. Nesse sentido, a jurista Vera Lúcia de Araújo (2023) descreve que a escolha de exclusão das pessoas negras foi uma política de estado historicizada no regime de escravidão, assim como abolição sem reparação. Para ela, somente as políticas públicas desse estado serão capazes promover a diversidade sociocultural. Ou seja, a reparação histórica dos direitos culturais para as populações excluídas dos processos de poderé fundamental para a sociedade brasileira, tendo em vista as ricas e diversas manifestações culturais que, por falta da devida proteção, perdem-se - em geral, manifestações ligadas as populações indígenas e negras.

Em verdade ações de proteção, preservação e valorização das Clubes Sociais Negros, têm sido realizadas exclusivamente pela população negra, organizada ou não em movimentos negros. Exemplo disso é o movimento clubista (2006) que vem construindo espaços de discussões, de reflexão e ações valorização da memória. Um dos espaços vindos nascidos a partir daí é o Projeto de Pesquisa Binacional dos Clubes Sociais Negros do Brasil e do Uruguai²⁴ vinculado a UFRGS e a UNIPAMPA, organizando, um site para mapear os clubes sociais negros, bem como publicizar documentos, artigos, livros entre outras ferramentas de pesquisa sobre os clubes sociais negros.

Em 2022 o projeto de pesquisa, organiza o Seminário Internacional dos 150 anos do Clube Floresta Aurora, justamente com a direção do Clube, contando

²⁴ Site do Projeto de Pesquisa Binacional dos Clubes Sociais Negros <<https://clubessociaisnegros.com/>>

conferências, seminários, sessões temáticas, momentos culturais e o encontro dos Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul.

Figura 18 – Seminário dos 150 anos do Clube Floresta Aurora (2022)



Fonte: Acervo do Clube Floresta Aurora

A figura 18 registra o último dia do Seminário dos 150 anos do Clube Floresta Aurora, tendo a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva como conferencista, pesquisadora referências nas temáticas étnico-raciais, sua presença inclusive como socia do clube, mostra a importância do Clube Floresta Aurora e do seminário no campo da pesquisa da militância e da pesquisa das relações étnico-raciais.

O Projeto de Pesquisa Binacional dos Clubes Sociais Negros do Brasil e do Uruguai, coordenado pela Professora Giane Vargas e o Professor Eráclito Pereira, registrado como grupo de pesquisa em 2020 na UFRGS e 2021 na UNIPAMPA, criando em meio a pandemia de covid-19, adotou as reuniões virtuais como ferramenta de encontro no meio da calamidade de saúde.

Figura 19 – Projeto Pesquisa Binacional dos Clubes Sociais negros Brasil e Uruguai



Fonte: Página do Instagram dos Clubes Sociais Negros do Brasil

Na figura 19, a montagem fotográfica registra as pessoas pesquisadoras do projeto de pesquisa, nota-se a pluralidade cultural e a presença maciça das mulheres. Ressaltamos também, que algumas estão atuando em importantes órgãos públicos, como é caso da Professora Giane Vargas, lotada na SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão).

Outros espaços essenciais foram a Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros e suas organizações estaduais, as quais vem pressionando politicamente as entidades estatais de patrimonialização em seus territórios. Exemplos disso, são os encontros realizadas desde 2019 e a ida a capital federal em fevereiro de 2024.

Figura 20 – Encontro dos Clubes Sociais Negros de Santa Catarina



Fonte: acervo pessoal de Jeruse Romão

A reunião dos Clubes Sociais Negros de Santa Catarina (2022), registrada na figura 20, ocorreu na sede do Clube Negro Novo Horizonte de Florianópolis, tendo a presença de dirigentes dos clubes Sebastião Lucas – Itajaí, União Operária de Criciúma, Fronteira Sul de Criciúma, Cruz e Souza de Lages, Novo Horizonte de Florianópolis, 25 de Dezembro de Florianópolis.²⁵

A comitiva dos Clubes Sociais Negros de Santa Catarina, integrada por pessoas pesquisadoras e políticas, visitou a Fundação Cultural Palmares, o Ministério da Educação, o Senado e o Ministério da Promoção da Igualdade Racial, levando pedidos de ações em defesa da população negra e uma carta elaborada pela Projeto de Pesquisa Binacional dos Clubes Sociais Negros do Brasil e do Uruguai, reivindicando o reconhecimento dos Clubes Negros, como patrimônio imaterial do Brasil.

²⁵ Ata da reunião dos Clubes Negros de Santa Catarina (2022) acesso em <
https://docs.google.com/document/d/1ML2sM4467ah63wVo0cq_z6is9KFUnuud3eR6_5Wef5o/edit>

Figura 21 – Audiência dos Clubes Negros de Santa Catarina com a Ministra da Promoção da Igualdade Racial



Fonte: Acervo do autor

A audiência dos Clubes Sociais Negros de Santa Catarina no ministério da Promoção da Igualdade Racial, comandado pela Ministra Anielle Franco, registrada na figura 21, ocorreu em 22/02/2024. Nesta reunião o Ministério assumiu o compromisso, de articular com o IPHAN, a Fundação Cultural Palmares e com os Ministérios da Cultura, Educação e Dos Direitos Humanos um grupo de trabalho para fazer andar o processo de reconhecimento dos Clubes Sociais Negros.

Nota-se o diante do exposto, observa-se a articulação política dos clubes negros na luta pelo direito a cultura e a memória, frente ao racismo institucional. Cássia katarine Sant'Anna (2023) descreve tal a articulação do movimento negro, alça essas organizações a indutoras de direitos da população negra.

Para Nilma Lino Gomes (2019) o movimento negro tem função educadora na sociedade brasileira, especialmente frente as instituições de estado, devido ao acúmulo a cerca das violações e negações de direitos das pessoas negras, que são o maior contingente populacional do país (IBGE,2023). Um exemplo é lei de cotas no ensino superior do país, luta encampada pelo movimento negro, que educou a sociedade brasileira, mostrando em dados a garantia do ingresso da população

negra e pobre no ensino superior não alterou a qualidade das universidades públicas, como era bradado pela parcela da sociedade contra as cotas (Gomes, 2019).

A função educadora do movimento negro, indicada por Nilma Lino Gomes (2019) aplica-se também aos Clubes Sociais Negros. Existem registros de escolas de alfabetização nos clubes, criadas justamente pela proibição ou falta de acesso a educação das pessoas negras durante e após a abolição (Escobar, 2010). Para Jeruse Romão (2022) a educação da população negra foi um projeto político encampados pelos Clubes Sociais negros do Brasil.

Em suma, assim como a educação da população negra, os patrimônios negros, é a população negra e os movimentos negros, a revelia das autoridades públicas que além preservar e valorizar seus bens culturais, criou processos educacionais próprios. Mas, também pressionou as o estado brasileiro e continua pressionando, pelos seus direitos a educação e a cultura.

Nesse sentido, é inadmissível um país fundado na exploração do trabalho compulsório de pessoas negras durante 388 anos, com 54% de população negra (IBGE, 2023), mantenha uma lógica brancocêntrica e elitista na proteção dos patrimônios culturais. Os Clubes Sociais Negros e os demais patrimônios negros são importantes para a memória e história da sociedade brasileira, a partir da investigação deles podem ser analisadas as diversas formas de resistências das populações negras. Nesse sentido, a preservação desses bens culturais pelas agências de memória e preservação, é uma forma de reparação histórica e política do estado brasileiro.

Considerações finais

As reflexões nos levam a concluir que o racismo institucional está presente no Estado brasileiro e em suas instituições. No caso dos Clubes Sociais Negros, materializado em diferentes momentos, inclusive em diferentes esferas institucionais, seja nacional, estadual ou municipal. Desde a negação de investimentos e preservação até a ocultação acintosa.

Com exemplares centenários e mais de uma centena de Clubes Sociais Negros, a recusa do reconhecimento como Patrimônio Imaterial Nacional é um flagrante constatação do racismo institucional e da negação dos direitos culturais. A duras penas, os Clubes Negros foram instrumentos de garantia de direitos em

momentos em que pessoas negras nem eram consideradas como tais, quanto mais como cidadãs.

No caso de Santa Catarina, é lamentável identificar apenas 23 Clubes Sociais Negros, sendo 14 ativos (IPHAN, 2015). Não termos nem a abertura para o início de um pedido materializa novamente a operação de ocultação e silêncio sobre bens culturais tão relevantes para a população negra catarinense.

O reconhecimento oficial do Kênia Clube em 2022, após um moroso processo, nos coloca diante de três pontos: primeiro, sem a persistência da direção do Clube, o reconhecimento não teria ocorrido; segundo, o contexto histórico e social de tensionamento e pressão sobre a prefeitura foi preponderante e deve servir de exemplo para outras lutas; terceiro, para os clubes sociais negros, mesmo o reconhecimento não é garantia de valorização e incentivo público.

Contudo, é preciso afirmar que o Kênia e seus congêneres são Patrimônios Negros de extrema relevância para todo o Brasil, em especial para Joinville. Suas existências e preservação somente tem acontecido, pela articulação do movimento social negro que compreendeu a importância desses no fortalecimento da história e memória da população negra, em verdade, de toda a sociedade brasileira.

3. Kênia Clube: Identidade, Diferença e Memória

Resumo: O presente artigo possui como objetivo refletir sobre o papel do Kênia Clube no processo de reconhecimento da identidade negra identificada com o clube. Buscaremos, também, discutir as diferenças culturais na Instituição, buscando historicizá-las, investigando de que formas foram expressas na história institucional, a partir da história oral Thompsom (1992), Meihy e Seawright (2021). Além disso, a pesquisa apoia-se na análise de documentos, como: fotos, vídeo e jornais. Nesse sentido, analisamos como essas diferenças foram narradas e registradas na história da Instituição e de que forma aparecem na memória das pessoas participantes deste estudo. As principais referências do artigo são: Jeruse Romão (2023); Giane Vargas Escobar (2012), Willian Conceição (2021,2022), Stuart Hall (2002), Frantz Fanon (2014) e Achille Mbembe (2002).

Palavra-chave: Kênia Clube, Identidade, memória, diferença, juventude e gênero

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da memória e da história do Kênia Clube na constituição da identidade das pessoas participantes da entidade. Buscamos problematizar como as questões que envolvem temas como: raça, gênero, classe social, musicalidade e faixa etária se inserem nas disputas cotidianas na entidade, buscando historicizá-las para mostrar como operam tais demarcadores de diferenças no Clube. O artigo também irá investigar a história da escola de samba do Clube e suas disputas, a qual mudou três vezes de nome, sendo, atualmente, nomeada Príncipes do Samba (Prefeitura de Joinville, 2023, p.54); a presença de pessoas brancas na instituição; a presença de mulheres à frente da entidade; a presença da juventude; assim como, a musicalidade, com o hip-hop, o maracatu, dentre outros estilos musicais.

Mesmo sendo um espaço criado para resistir à opressão sistêmica, que é o racismo, a instituição faz parte de uma sociedade estruturada sobre opressões, e o Kênia acaba por reproduzi-las. Investigamos o tema não para criar uma imagem demonizada ou floreada da entidade, mas para apontar caminhos e estratégias para a superação das desigualdades. Identificar e descrever essas diferenças é trilhar novos caminhos: libertadores, democráticos e éticos.

O reconhecimento das diferenças é vital para evitar uma generalização na história do Kênia, das pessoas negras e das culturas afro-brasileiras. Tal postura é o cerne do racismo, que generaliza populações diferentes - prática fundamental para justificar a escravidão negra -, criando uma alegoria generalista como ferramenta política de dominação colonial, homogeneizando diferenças, construindo normas e regulamentos úteis ao processo colonial (Mbembe, 2001)

Enquanto resistência ao racismo, o Kênia Clube firmou-se como um espaço de memória em Joinville, antes mesmo do reconhecimento pelos órgãos oficiais. Com uma história de 63 anos neste território, construiu sentidos e significados a partir da diferença e da identidade. Além disso, criou referências positivas para a população negra da cidade, a partir dos princípios de ancestralidade, memória e negritude, sendo o Kênia, atualmente, o patrimônio vetor de valorização da cultura e memória negra na cidade.

De acordo com Smith (2007), para refletir sobre patrimônio, memória e identidade na contemporaneidade, se necessita pensar na emergência do

colonialismo, do racismo, da escravidão, do capitalismo, da modernidade e da constituição dos estados nacionais, os quais somente foram possíveis pela estruturação do racismo como tecnologia de poder, para o controle e exploração das populações não europeias, segundo Silvio de Almeida (2020).

Almeida (2020) e Jeruse Romão (2022) compreendem o colonialismo e o racismo estrutural e institucional como fenômeno analítico, necessário para reflexão sobre as sociedades contemporâneas, haja vista as enormes tragédias humanitárias provocadas por esses fenômenos, em especial no Brasil. O contínuo genocídio das populações indígenas e a escravidão de, ao menos, 6 milhões de africanos (as) e seus descendente por 388 anos são fatos que, até hoje, se refletem na vida social do país e nas desigualdades sociais enfrentadas pelas populações não-brancas.

Nesse sentido, aprofundar o olhar sobre identidade, memória e patrimônio na sociedade brasileira requer ativar chaves analíticas que considerem colonialismo, racismo e patriarcado. Essas chaves incidem diretamente na memória coletiva em nossa sociedade, de modo que todo sujeito deste território é atravessado consciente e inconscientemente por esses fenômenos.

Halbwachs (1990) afirma que a memória individual diz respeito à cada pessoa. Tal memória nunca é, em si, a memória inteira ou completa, pela incapacidade do cérebro humano em guardar de forma exata. Para o autor, o que se guarda é um fragmento ou uma representação. Já, a memória coletiva, que existe na troca das relações sociais, ou seja, a memória coletiva, é fruto do compartilhamento de memórias entre pessoas.

Para Candau (2011), a memória tem função basilar na constituição da identidade, pois ela, “[...] é condição necessária para a consciência e conhecimento de si” (p.60). Ele também afirma que a memória possibilita o indivíduo dar sentido contínuo ao mundo, “estrutura-o, organiza-o pondo em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.” [...] Ou seja, memória e identidade são fatores essenciais na constituição dos indivíduos e da sociedade, devido à construção de sentidos.

Stuart Hall (2000) aponta que toda identidade é imaginada e simbólica, constituída dentro do discurso, produzida em locais institucionais e históricos específicos, no interior do jogo de poder, resultando na marcação de diferenças de exclusão, ou a demarcação de fronteira. Ele também argumenta que a identidade não é natural, mas procura algo fundacional, uma forma de fechamento. Hall (2000)

afirma “(...) toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta”” (p.110). Sendo assim, a identidade responde ao jogo de poder, para autoafirmar-se.

Podemos refletir sobre a função da memória, identidade e do patrimônio na sociedade, na compreensão de que esses aspectos são refratários aos jogos de poderes (Hall, 2000). A imposição de uma visão hegemônica tem, nesses jogos, definido quais as memórias, identidade e patrimônios que serão preservadas e valorizadas, seja pelas instituições oficiais, ou por aqueles grupos subalternizados.

3.1 Identidade e diferenças no Kênia Clube

Stuart Hall (2014) problematiza o conceito de identidade a partir dos estudos culturais, compreendendo o corpo como lugar de instalação da identidade. Em sociedades que o autor compreende como tradicionais, as identidades eram estáveis, com mudanças graduais a longo prazo. Suprimidas pela modernidade, a era das revoluções, o advento dos estados nacionais e a globalização, as identidades tornaram-se fragmentadas e continuam sendo cada vez mais.

Tal fragmentação também ocorre pelo advento das lutas das mulheres, da população negra e dos movimentos de libertação, dentre outros, no século XX. Para Hall (2014, p.16). “Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança na política de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*.”

A escravidão fraturou as identidades étnicas no continente africano, produzindo uma identidade única para a população baseada no fenótipo da pele negra (Mbembe, 2001; Guimarães, 2009). No século XVIII, o ocidente cria a categoria “negro” para identificar e violentar as populações africanas. No entanto, essa categoria não serviria para identificar populações europeias e brancas (Mbembe, 2002). O movimento negro, a partir da década de 1970, ressignifica a categoria para construir unidade política na luta antirracista (Guimarães, 2009). Assim, devemos pensar identidade de forma não essencialista - isso vale para a luta das mulheres, das populações indígenas e de pessoas LGBTQI+ entre outras (Hall, 2001).

Nesse sentido, os Clubes Sociais Negros são fruto da busca da reconstituição da identidade, memória e cultura no centro do estado brasileiro (Escobar, 2010), pois os aspectos culturais históricos das populações afro-brasileiras

foram utilizados como forma de perseguição, discriminação e desigualdade. Para Vera Malaguti Batista (2014), no Brasil, a perseguição das populações negra teve função estética, para constituir hegemonia política e social da burguesia, sob corpos e culturas subjugadas, criando medo a partir da estética não-branca, o que legitimou processos subjetivos históricos e jurídicos para criminalização da estética dos indesejáveis.

Identidade, memória e estética estão entrelaçados com os conceitos de raça, gênero e classe e, sem dúvida, atravessam a constituição do Kênia Clube. Ao observar sua história e a história de Joinville, percebe-se que são aspectos fundantes da entidade, sem os quais é impossível compreender a história do Clube em sua totalidade. Principalmente, por estar localizado em uma cidade em que o ideal é o “branco branquíssimo” (Conceição, 2020)

Vargas Escobar (2013), pensando os processos de identidade dentro do Clube Treze de Maio, de Santa Maria, Rio Grande do Sul, fundado em 1903, descreve o papel da identidade da cidadania e da diferença na constituição da instituição, tendo em vista que a negação de cidadania é o vetor de constituição dos Clubes Sociais Negros no país todo (Escobar, 2010). Tais lugares são espaços em que a identidade e a diferença (Hall, 2001) tem um lugar de sociabilidade e vivência da negritude.

Nesse sentido, entendemos o Kênia Clube como espaço de sociabilidades da população negra, onde sua corporeidade seria acolhida e compreendida (Fanon, 2020), onde as pessoas poderiam visualizar-se e sociabilizar com as pessoas iguais a elas, que passaram pelas restrições psicológicas, territoriais, econômicas e políticas (Souza, 1983). Esses processos psicossociais de identificação se contrapõem ao mito da cidade alemã, produzida no projeto do império brasileiro, no século XIX, de branqueamento do país (Seyferth, 2021).

Conforme Neuza Santos Souza (1983,p.25)

o mito é uma fala, um discurso - verbal ou visual - uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômicas-políticas-ideológicas e psíquicas

A reflexão de Neuza Santos Souza (1983) defende que a articulação do mito com as categorias negro e branco, produzidas pelo processo colonial, são elementos centrais na ideologia dominante brasileira. Transpondo o conceito de mito da autora para o território de Joinville, verifica-se que a naturalização do discurso de cidade germânica é ferramenta da ideologia dominante, tendo como função confortar a psiquê dos sujeitos de certa classe social ou étnica beneficiados com tal discurso, e legitimando as desvantagens, inclusive psíquicas, das pessoas não-brancas.

Dessa forma, espaços com clubes sociais negros foram fundamentais na constituição dos processos subjetivos e estéticos que permitem as pessoas negras se sentirem acolhidas, ao ponto de compreenderem o Kênia como lar e espaço social de ensino das novas gerações sobre as raízes africanas. Como relata Nara Ferreira (2023)

Olha Rhuan o Kênia eu vou dizer que é a minha segunda casa. Porque tem o período do ano do ano que eu acho que eu tô mais lá do que aqui (casa) [...] Então é minha segunda casa, se eu tiver que levar coisa daqui pra lá eu levo, se eu tiver que tirar coisa de lá e trazer pra cá, eu trago. É pra lavar, é pra limpar, é pra agregar lá dentro do Kênia [...] Eu faço eu me sinto em casa lá dentro [...] É loucura, tem pessoas que dizem assim, não, você é doida deixar tua casa pra tá lá, deixar teu trabalho, pra tá lá. Mas é como se fosse uma necessidade de fazer. De estar lá e fazer. Eu tenho três netos pequenos e que eu já levo eles lá pra dentro pra eles sentirem essa energia, né? [...] Que é tá ali dentro, que ainda é tá dentro do meio do samba, tá dentro do Carnaval e saber que nós viemos, nós temos essa raiz dos nossos antepassados, né?

O relato nos traz a percepção da relevância do Clube como território (Munanga, 2012), por ser um lugar seguro e confortável para as pessoas negras e sua descendência. Também, é um lugar formativo, que ensina o samba e o carnaval ao mais novos. Ensina, na pedagogia do tambor, a transgredir ao projeto colonial e a morte física e epistêmica (Simas e Rufino, 2018). Igualmente, percebe-se, na entrevista de Nara Ferreira (2023), o cuidado com a memória, ao afirmar para as crianças a importância das raízes ancestrais. É a operação da consciência manifestada da memória com valor coletivo.

Jeruse Romão (2022), em palestra no seminário de 150 anos do Clube Floresta Aurora (RS), afirma que a memória, como valor coletivo, é central na constituição de espaços afro-brasileiros, fazendo parte do projeto político dos Clubes

Sociais Negros, em resposta à segregação racial que privava, além da liberdade, a sociabilidade das pessoas negras.

O Kênia pode ser percebido como um espaço de sociabilidade no relato de Rosiane Aparecida Silva (2023)

[...] eu gostava do Kênia porque era um salão de negro, né? É, eu gostava de dançar, né? Eu sempre gostei. E, Tinha a discoteca, tinha também às vezes tinha o break que a gente dançava naqueles espacinhos, né, que era moda na época. Mas o que significou? Porque numa sociedade de negros eu encontrava minhas amigas negras lá, né? As pessoas negras se encontravam lá.

Afirma-se, assim, a percepção da entidade como Clube de Negro, em que a população negra poderia se encontrar em seu espaço - sendo o Clube espaço de sociabilidade e de fortalecimento de vínculo da comunidade negra, mas também um lugar para dançar ao som da discoteca e no ritmo do break, estilo de música norte americano que, além de balançar a juventude negra, ligava-a com a resistência e a luta pelos direitos civis -.

Rosiane Aparecida da Silva (2023), nascida em 1967, frequentou o Kênia, na juventude, no início dos anos 80, no contexto da organização do movimento negro do país (Guimarães, 2014). Para ela, “o Kênia representa a resistência. Resistência, né? Mostrar que Joinville também existe negros, também mostrar que os negros também apreciam o que é seu, certo, apreciam o que é seu e se gostam como pessoa”. Por “apreciar o que é seu”, a entrevistada apresenta a experimentação da cultura e da identidade negra no Kênia Clube, como forma de fortalecimento subjetivo de si e das pessoas negras, pois o racismo deprecia a autoimagem e a psiquê das pessoas negras (Souza, 1983).

Escobar (2013, p.6) alude sobre as representações de identidade em que foram submetidas as populações africanas “[...] nas culturas em que aportaram a partir da diáspora negra, homens e mulheres encontravam sistemas de representações já postos, em que papéis de classe e de gênero já estavam constituídos”, sendo as culturas europeias marcadas pelo patriarcado (Ribeiro, 2006). Cheikh Anta Diop (2014) compreende o patriarcado como sistema de dominação, em que sua representação do poder articula as relações familiares, sociais e econômicas, sendo que a descendência familiar se dá em referência à figura masculina. O autor destaca que boa parte das culturas africanas pressupõem

a descendência na figura das mulheres, delineando suas relações sociais no matriarcado, mesmo que ambos os sistemas tenham diferenças, a depender da cultura e do contexto e conexões culturais.

Assim, é possível pensar as representações de gênero mesmo em sociedades que o patriarcado predomina, como a brasileira. As representações do matriarcado aparecem como, por exemplo, nas religiões de matriz africana, quilombos e sambas, que são organizações sociais afro-brasileiras em que as mulheres exercem poder (Ribeiro,2020)

Nesse sentido, a filósofa Katiúscia Ribeiro (2020) destaca:

No Brasil, as lideranças femininas negras estão presentes até hoje à frente de grandes comunidades tradicionais (quilombos e terreiros) e organizações comunitárias, como entidades sociais de mulheres negras, escolas de samba, empresas solidárias, associações e cooperativas. Os vínculos solidários e a matriz matrilinear são referenciais importantes de reorientação sagrada e constroem no universo social das lutas das mulheres negras as práticas sucessórias de relações de acolhimento, respeito e cumplicidade com as demais diferenças.

Nos clubes sociais negros, a presença e liderança das mulheres é significativa, driblando a hegemonia do patriarcado e imprimindo suas formas de organizar e gestar esses espaços. No entanto, a maior parte dos clubes sociais negros (Escobar, 2010) deixou de registrar a presença das mulheres em suas estruturas. As mulheres, quando não apagadas, foram delegadas a espaços como grêmios femininos/moças (Pereira,2012).

No Kênia Clube, mesmo com pouco registro²⁶ nos documentos da entidade, tal presença pode ser reconstituída pela oralidade, como explica Dona Dulce, uma das participantes presentes no início da fundação do clube, esposa do ex-presidente e fundador Luiz do Rosário (Alegria). Sobre a participação das mulheres, descreve Dulce do Rosário (2023):

Tinha uma época que sim, sabe que a gente participava. Não era bem assim, porque os homens, não gostavam que as mulheres se metessem (*risos*), mas a gente ajudava bastante [...] Aí depois, com a turma da Fioca elas, faziam tudo [...] meu mudou tudo.

²⁶ Como discutido no primeiro artigo da dissertação.

Mesmo não falando, Dona Dulce evidencia o machismo nas relações de poder no interior da instituição, relatando além de sua própria participação, a importância de outras mulheres, como a da Tia Fioca, falecida em 2023, referência também na história do samba na cidade.

Da mesma forma, verifica-se a presença das mulheres nas palavras de umas das lideranças femininas, que já foi Vice-Presidente do Kênia e Presidente da Príncipes do Samba, Nara Ferreira (2023):

Olha, pelo que eu vi assim, os homens eram bem fortes assim (...) a mulherada dava ideia, mas quem atuava, quem metia bronca era os (*homens*). Mas a mulherada estava [...] Sempre ali, era Fioca, era Luiza [...] tinha muitas outras mulheres, eu já estava lá pelos 15 anos, eu via elas lá, sempre na lida.

A memória de uma jovem de 15 anos, participante do clube, mostra que, as relações de gênero, naquele momento, eram desiguais, ao passo que as posições dos homens eram “fortes” em relação à posição das mulheres, mesmo que elas estivessem no dia a dia do clube.

É pertinente registrar que os relatos sobre a presença feminina permitem reconstituir e registrar o grêmio de mulheres a partir da história oral. Narra Adelmo Brás (2023): “[...] a presidente do grêmio era a Ladir Coelho ou a Mercia Lopez [...] o grêmio, tinha uma diretoria, que funcionava. Entende? Formada por diversas mulheres [...] elas faziam as reuniões delas também e participavam das reuniões [...]”. Assim, demonstra-se que, além do grêmio, as mulheres participavam da vida da entidade.

A presença e participação das mulheres na instituição é marcante e histórica em vários aspectos, suas digitais estão no clube desde a fundação. A falta de registro dos nomes delas escancara o machismo. Na concepção de Jeruse Romão (2022) e Giane Vargas Escobar (2022), as mulheres dos clubes sociais negros podem ser definidas como mulheres clubistas. Suas presenças são amplamente narradas, tendo em vista eventos como festa de debutante e concursos de beleza, que ocorreram, em grande parte, nesses clubes (Escobar, 2010).

Igualmente, no Kênia Clube, houve concursos de beleza para as mulheres negras. Podemos questionar os concursos de beleza, por criar padrões seletivos de beleza; no entanto, os concursos eram uma ferramenta de fortalecimento poderosa da identidade das mulheres e de melhora da autoestima. Como reflete Vanessa da Rosa (2024), vivendo e estudando em Curitiba ela não tinha referência de beleza negra na cidade em que morava e estudava. Contudo, sua família tinha raízes em Joinville, passando férias na cidade, ela foi a vencedora do concurso em 1986, quando tinha quatorze anos.

Figura 22 – Premiação da Concurso da Mais Bela Negra



Acervo pessoal: Vanessa da Rosa, 1986.

Sobre sua participação no concurso, Vanessa da Rosa (2024) descreve:

Então é quando eu vim para cá e resolvi participar do concurso. Foi, assim com um friozinho na barriga né. Uma adolescente, mas eu tive muito incentivo aqui, né, dos primos, dos parentes, dos amigos. Não! Vai, Vanessa, vai, vai, vai e fui. E foi tão bonito. Rhuan foi tão bonito, eu era a mais nova, eu era mais nova das participantes, era mais alta e teve uma torcida maravilhosa assim, sabe? Foi um monte de gente, subiram em cima da mesa, mas foi um berreiro. Oh, quando eu botei o pé na passarela, a minha boca treme assim, ó, eu não sabia se eu sorri eu chorava. Eu tremia do pé a cabeça, porque eu olhei aquela multidão chamando pelo meu nome, meu Deus do céu, eu não esqueço, sabe? Eu não esqueço. né?

Interessa notar a importância de vencer um concurso de beleza para uma menina negra, que vivia entre Curitiba e Joinville, cidades marcadas pelo mito de cidades europeias, em que o ideal de beleza estava centrado nas pessoas brancas, ainda mais no momento histórico da massificação da televisão e programas como o

da Xuxa, com suas paquitas loiras e de olhos azuis. O título de Mais Bela Negra do Kênia torna-se uma memória inesquecível; ver sua beleza enaltecida no Kênia Clube marcou-a profundamente.

Sobre representatividade e negritude, Vanessa da Rosa (2024) relembra

Foi muito representativo, sabe para uma menina negra é de repente ganhar um concurso de beleza num clube é tão importante, né? Eu já naquela época eu já tinha assim, o Kênia como um espaço tão importante de representatividade, de autoafirmação da identidade. Foi muito, muito, significativo.

Vanessa da Rosa é, de certa forma, também fruto dos objetivos políticos dos Clubes Sociais Negros, levando em conta que ela torna-se pedagoga pela Associação Catarinense de Educação (ACE), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e, ainda, trilha carreira na política, sendo a Primeira Mulher Negra Secretária de Educação de Joinville (2012) e a Segunda Mulher Negra Deputada estadual, 89 anos depois de Antonieta de Barros, Primeira Mulher Negra eleita deputada em Santa Catarina e no Brasil²⁷.

Ou seja, aquela jovem negra clubista representa a presenças das mulheres nos Clubes Sociais Negros. Noenfrentamento do machismo, foi estimulada a alçar maiores vôos, tanto para mulheres, como para a juventude negra que, na década de 1980, marcava seu espaço na entidade, através do grêmio Jovens. Como detalha Vanessa da Rosa (2023):

O Grêmio jovem era assim [...] uma composição preocupada em trazer a Juventude negra para o Kênia. Mas, mais do que isso, em ... Posso te dizer que em perpetuar a história do clube, né? Porque a gente já tinha ali, a matriarca, por exemplo, a Fioca já fazia, né? É parte, vivia ali a história do Kênia. Daí tinha quem, o Alegria, o Butiaco. O Padilha, não é? É, tinha toda a ala das baianas. É a velha guarda, digamos assim. E o Grêmio jovem era o espaço para a gente fazer as promoções para trazer a Juventude para dar continuidade, a história do clube, né? Era isso que a gente queria que é. A gente sabia que que tinha ali toda aquela velha guarda, mas que não podia ficar só nisso, né? A gente tinha que trazer, mas mais pessoas e em especial a Juventude negra de Joinville. Que que precisava de referência, que precisava construir a sua identidade. Obviamente que a gente não tinha

²⁷ Sobre a posse da Deputada Estadual Vanessa da Rosa, acessar:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/19/professora-vanessa-da-rosa-e-segunda-mulher-negra-a-tomar-posse-como-deputada-em-santa-catarina>

a leitura, que que nós temos hoje, né? Mas já havia essa preocupação de perpetuar a história nessa questão geracional.

A entrevista revela a intenção consciente do Kênia Clube em permanecer sendo a referência da população, criando estratégias para manter a juventude no Clube. Mesmo sem regulamentar juridicamente no estatuto da entidade o indicativo da existência do Grêmio Jovem, a fala confirma que a juventude era elemento central, que deveria estar presente para dar continuidade e perpetuar a história da instituição.

Vanessa da Rosa (2024) afirma que a constituição da identidade era o objetivo do Grêmio de Jovens do Kênia, mesmo em termos diferentes dos atuais. Ela percebe que a juventude do Clube tinha como meta fortalecer o pertencimento e afirmação da negritude ²⁸ dentro das atividades da instituição.

Nesse sentido, chamam a atenção as entrevistas de Rosiane Aparecida Silva (2023) e Vanessa da Rosa (2024), narrando a discoteca, como ritmo dos embalos juvenis, bem como a black music. Essas eram presenças garantidas no clube, na década de 1980, local ao qual a juventude negra era atraída.

Conforme Rosiane Aparecida Silva (2023),

O Kênia clube, eu conheço de muito tempo, né? Porque eu na minha é Juventude, [...] Eu, participava do Quênia, né? É como jovem, eu dançava, né? Na época, o Kênia tinha é discoteca na década de 80 [...] início de 90, então tinha discoteca, tinha toda a programação também da escola de samba com samba. Então, eu sempre frequentei o Kênia junto com as minhas irmãs, né?

Na confirmação, também, do aspecto familiar, ao ir com as irmãs, mostra-se que, ao menos na família dela, participar do clube e da programação era essencial. Na entrevista de Vanessa da Rosa (2024), destaca-se que: “o Grêmio promovia a discoteca do Kênia, né? Durante muito tempo, o Kênia teve a discoteca e fazia outras promoções ali que não só a questão do samba em si, né?”. A entrevistada endossa que a entidade tinha musicalidade para além do samba, fazendo isso, inclusive, como forma de renovação.

Nesse sentido, percebe-se, nos relatos de outras pessoas entrevistadas, a multiplicidade dos ritmos, ilustrando, de certo modo, a pluralidade musical, como podemos verificar no relato de Dona Ladir Coelho (2023):

Ah, tinha de tudo. Tinha de tudo, era valsa. Lembro bem que tinha uma moça que ela dançava tango com o pai. Mas não era escura eram brancos. Dançava tanto com o pai, mas eu não lembro nem o nome dela, nem do pai. Meu Deus, era tão lindo.

Dona Ladir Coelho era da primeira geração do Kênia; então, deve-se ter em mente que ela narra fatos da década de 1960. A indicação de uma memória de salva e tango revela apreciação das danças de salão - no caso do Tango, uma dança Afro-argentina ²⁹.

Sobre a referência de estilos musicais variados no Clube, Dona Dulce do Rosário e seu esposo Luiz Paulo do Rosário, conhecido como Alegria, professor e diretor aposentado do Estado de Santa Catarina, hoje com Alzheimer³⁰, indicam as musicalidades da época que iam ao Kênia, assim como Dona Ladir. Narra Dulce do Rosário (2023) “[...] Tinha na época deles os conjuntos, que eram muitos bons. Músicas muito boas. (*Cantavam*) de tudo [...] eram conjuntos, muito bons. Caros, mas eram bons [...] Era bonito de ver, porque a gente dançava mesmo. Era Bolero, era o samba né”. Seu Alegria (2023), ao ouvir a resposta da esposa, emenda “Isso, Bolero”.

Fica comprovado que o samba não era hegemônico no Kênia, mas tão pouco era apenas um apêndice. Em verdade, o Clube é de extrema importância para o carnaval competitivo na cidade. De acordo com a Prefeitura de Joinville (2023), foi pelas mãos de Adelmo Brás, juntamente com outros 20 amigos, que ocorreu o primeiro desfile de escola de samba na cidade, sendo Seu Adelmo quem organiza a escola de samba do Kênia, em 1968 (Prefeitura Joinville, 2023).

²⁹ É uma doença que se instala quando o processamento de certas proteínas do sistema nervoso central começa a dar errado. Surgem, então, fragmentos de proteínas mal cortadas, tóxicas, dentro dos neurônios e nos espaços que existem entre eles. Como consequência dessa toxicidade, ocorre perda progressiva de neurônios em certas regiões do cérebro, como o hipocampo, que controla a memória, e o córtex cerebral, essencial para a linguagem e o raciocínio, memória, reconhecimento de estímulos sensoriais e pensamento abstrato. Disponível em <<https://bvsms.saude.gov.br/doenca-de-alzheimer-3/>>

³⁰ Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe da USP, Disponível em <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-tango>>

Figura 23 – Adelmo Brás organizador dos desfiles de Samba em Joinville



Fonte: ND+, 11/02/2023. Disponível em <https://ndmais.com.br/cultura/batucada-na-rua-e-conversa-de-boteco-comecaram-os-desfiles-de-carnaval-em-joinville/>. Acesso em 22/12/2023

A figura 23 é a fotografia de Seu Adelmo Brás para a matéria escrita por Juliana Guerreiro (2023) ao jornal ND+, descrevendo o desfile de rua na cidade, o qual foi iniciativa dele, juntamente com amigos que ele convenceu a desfilar nas ruas da cidade, em 1968.

Ele relata que aprendeu a batucar com Seu Dóri, em umas das batucadas no Kênia, local em que ele participava junto com a família pois, o pai, Manuel Brás, foi um dos fundadores. Inclusive, foi em umas das batucadas no clube que eles resolveram sair e fazer o carnaval de rua. Segundo Adelmo Brás (2023):

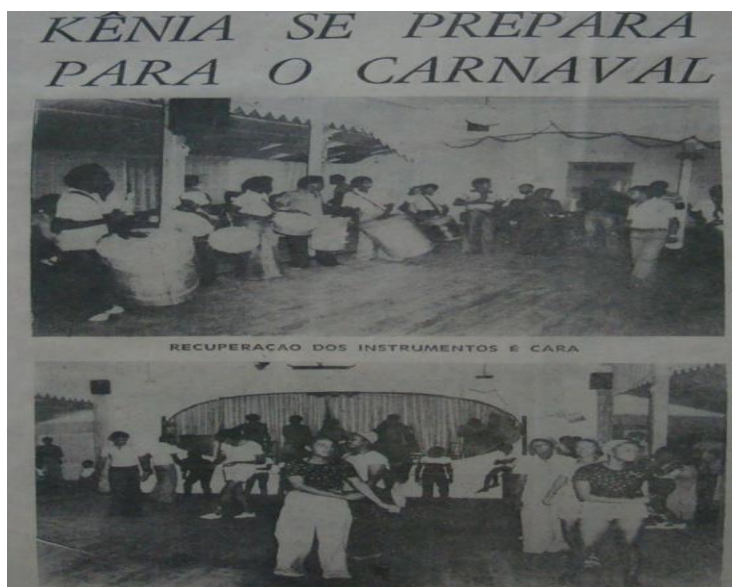
É uma época [...] já tinha saído do quartel. Eu e o meu grupo de amigos, nós estávamos fazendo uma batucada, falamos assim vamos nós na avenida, assim. Lá da rua do Kênia até a rua do Príncipe a pé, batucando. Ali que começou a Escola de Samba do Kênia, entende. Aí pegando raiz, foi indo e foi indo [...] Isso, em 1967 ou 1968.

Os registros do Kênia³¹ e da Prefeitura de Joinville (2023) marcam o ano de 1968 como início do carnaval de rua na cidade, fato que corrobora o relato de seu Adelmo. Ele é lembrado por ser o fundador da Escola Amigos do Kênia, em 1968 (Guerreiro, 2023). Após casar-se e voltar para Curitiba/PR, por alguns anos, o desfile foi cancelado, com retorno em 1970 (Brás, 2023). Sobre a oficialização do carnaval de rua, a Prefeitura de Joinville afirma (2023,p.):

A presença crescente e vibrante das pessoas na rua fez com que em 1978 o poder público municipal oficializasse o desfile competitivo entre as escolas de samba e blocos de Carnaval da cidade. Simbolicamente a Escola de Samba Amigos do Kênia foi a primeira a desfilar.

Sem dúvida, o carnaval de samba na cidade existe pelo Kênia e Seu Adelmo, que aprendeu a batucar com Seu Dori, que o ensinou no sentido ancestral de ensinar, em que o mais velho - que tem o saber - ensina as pessoas mais novas, na perpetuação do saber (Lopes, 2011). Em possibilitar a re(e)xistência na cidade, foi a resistência e persistência que fez o carnaval de rua aguardar 10 anos para ser oficializado. Nesse período, os ensaios eram no Clube.

Figura 24 – Ensaio de Carnaval no Kênia Clube



Fonte: A Notícia, 09/01/1975

A figura 24 mostra a grande mobilização gerada pelo carnaval nos anos 1970, em que o Kênia era a casa. A imagem aponta a recuperação dos instrumentos

como sendo cara; ou seja, não era tarefa fácil, financeiramente falando, brincar o carnaval em Joinville. Sem a contribuição financeira da prefeitura de Joinville, todo o custo ficava a cargo dos foliões e da escola.

O carnaval foi oficializado em Joinville somente em 1978. Sua popularização teve pouca importância para os gestores públicos municipais; em verdade, não viam como festa digna de atenção, ou melhor, o racismo institucional impregnado nas estruturas de poder não possibilitava o financiamento público e a devida valorização do carnaval.

Podemos afirmar isso ao comparar a diferença, que consternaria qualquer pessoa, entre o financiamento do carnaval e da Festa das Flores de Joinville - com sua origem festiva nas tradições germânicas. Atualmente, a festa das Flores vai para sua 90ª edição (somente não sendo realizada nos anos de 1942 e 1943), ao passo que o carnaval, ao longo da história na cidade, teve vários anos sem acontecer.

Na inserção de um adendo, quem financia os cofres públicos é toda a população. No Brasil, em especial, quem paga mais tributos é a população pobre e negra, pelo excesso de tributação no consumo³². Quando se trata dos aspectos culturais negros e populares da cultura, eles são subfinanciados, ou nem financiados são, ponto comprovado com dados da própria Prefeitura.

Dados retirados do Portal Leis Municipais mostram que o poder público local, entre 1999 e 2014, aportou R\$ 2.881.200,00 (valor sem correção monetária) nas festas das Flores de Joinville-SC, via convênio municipal com a Agremiação Joinvilense de Amadores de Orquídeas - AJAO, responsável pela organização da Festa das Flores. Com correção monetária, o valor chega a R\$ 8.276.058,00. Nos registros, antes de 1999, constam os anos de 1967 e 1995. Em 1967, o governo municipal editou um crédito especial para a festa das Flores, no valor de Ncr\$ 8.000, R\$ 3.700 convertido para real e, em valores corrigidos, R\$ 58.547,51.³³

Ao pesquisar as legislações e convênios com agremiações carnavalescas de Joinville, observa-se que não existem atos legislativos para o financiamento do carnaval; ou seja, em comparação a Festa das Flores, o carnaval de Joinville, que é ligado historicamente a população negra da cidade, fica em flagrante desvantagem

³² Sobre o tema o tributarista Jurandir Antonio Sá Barreto Junior, aprofunda no artigo de 2022 <<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1921/2121>>

³³ Verificável em <<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1967/91/906/lei-ordinaria-n-906-1967-autoriza-a-abertura-de-credito-especial-de-ncr-8000-00-destinados-a-festa-nacional-das-flores?q=Festa%20das%20Flores%20>>

em comparação com os eventos relacionados aos aspectos culturais germânicos, hiper financiados pelo poder local, ao menos desde 1967.³⁴

Aqui notamos a diferença racial produzindo desigualdade (Hall, 2001) e impedindo o fluir dos direitos culturais da população negra, confirmando o privilégio da branquitude (Conceição, 2020). Portanto, identidade e diferença entrelaçam-se com racismo, materializado, também, no discurso e na memória coletiva. Os dados confirmam o entendimento de Luiz Antônio Simas (2023), de que o carnaval é uma cultura de festa. No caso de Joinville, ele contrapõe e tensiona as narrativas de cidade alemã e de cidade do trabalho (Cunha, 2009).

Em verdade, a história do carnaval de samba tem raízes no Kênia Clube e, de certa maneira, ambos coexistem e retroalimentam-se, principalmente, por terem sido as escolas de samba do Kênia grandes campeãs do carnaval da cidade. Podemos notar que o crescimento da entidade tem ligação direta com a ampliação do carnaval, assim como sua queda, na década de 1990, como veremos.

Fato é que a década de ouro possibilitou o crescimento da escola e da instituição, garantindo grande visibilidade, gravada no coração e na memória dos “Kenianos Joinvilenses”. Foi na era de ouro que ocorreu a reforma da sede, reconstruída em alvenaria 1987, bem como a constituição, em 1982, de uma coleção de sambas enredos do Clube³⁵, sambas que transformaram a escola do Kênia Clube em favorito.

Figura 25 – Antes mesmo do resultado o Kênia é a favorita do campeonato



Fonte: O Estado, 18/02/1983, p.5. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

³⁴ Trataremos no terceiro capítulo da dissertação.

³⁵ Para acessar a coleção acesse: <<https://soundcloud.com/principes-do-samba-jlle/sets/melhores-samba-enredo-da-escola-de-samba-kenia>>

Como mostra a figura 24, durante as duas primeiras décadas de carnaval em Joinville, o Kênia dominava a cena. Era a escola a ser batida; seu favoritismo era descrito nos jornais dos anos de 1980, como aponta o Caderno do Patrimônio – Kênia Sociedade Kênia Clube, produzido pela Prefeitura de Joinville (2023, p.89)

A Escola de Samba da Sociedade Kênia Clube sai da década de 1980 como a grande vencedora do Carnaval competitivo de Joinville. A agremiação enfileirou as premiações de 1983 e 84, e de 1987 a 1991. Em alguns dos anos, não competiu por falta de verbas ou divergências internas.

Para a compreensão da institucionalização do carnaval, em 1978, e a era de ouro do Kênia, na década de 1980, precisamos contextualizar o cenário político da cidade. Durante as prefeituras comandadas por Nilson Bender (1966 e 1973), Harald Karmann (1970 a 1973), políticos da Arena, e Pedro Ivo Campos (1973 a 1977), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o carnaval de samba ficou sendo organizado pela sociedade civil. Com a eleição de Luiz Henrique da Silveira (1977 a 1982)³⁶, o carnaval foi institucionalizado, organizado pela Prefeitura de Joinville, em parceria com empresas que davam nome aos troféus e pagavam o prêmio a campeão (Jornal Extra, Joinville, 1980, p. 5), prática que perdurou durante os mandatos de Violantino Afonso Rodrigues (1982 a 1983) e Wittich Freitag (1983 a 1988), ambos do MDB.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) abrigou parte da oposição do regime. O partido dividia o sistema bipartidário com a Arena, como instituído pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Durante o governo de Luiz Henrique da Silveira, institui-se o carnaval, em 1978.

O Kênia Clube tinha fortes ligações com MDB e suas lideranças, a exemplo dos Prefeitos Pedro Ivo Campos e Luiz Henrique da Silveira. De acordo com Nestor Padilha e Luiza Costa, em entrevista realizada por alunos do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille (2015), os entrevistados relatam a presença dos prefeitos nos carnavais e nas festas de debutantes.

Todavia, o movimento de Luiz Henrique da Silveira e do Kênia fez parte do jogo político, aquele para ampliar seu eleitorado e este para permanecer funcionando

³⁶ Para saber mais sobre Prefeitos de Joinville acesse <<https://www.joinville.sc.gov.br/governo/prefeito/>>

na cidade. Ainda assim, a proximidade não garantiu grandes valores para o Clube fazer o carnaval, e muito menos previsão de uma verba específica da Prefeitura para organização do desfile na cidade; tanto que, o Presidente do Clube, Seu Alegria, fez uma reclamação sobre a escassez das verbas em 1980, ao Jornal Extra (1980).

Figura 25 – A campeão fez o carnaval sem verba

Kênia já esperava o primeiro lugar

"Nossa vitória já era esperada. Na nossa escola se faz um trabalho sério, muito sério. E estamos partindo para o tri-campeonato". Luiz Paulo do Rosário — o "Alegria" —, presidente da Escola de Samba Amigos do Kênia, dá em poucas doses a receita de como fazer uma escola de samba alcançar primeiro lugar em desfiles de rua. E já anuncia algumas novidades para o próximo carnaval.



Alegria exibindo o troféu conquistado pelo Kênia



O Kênia ganhou também o troféu de melhor bateria



Unidos da Boa Vista ganhando o melhor samba-enredo



O prefeito Luiz Henrique dá troféus às escolas vencedoras

Compromisso

"É necessário levar muito a sério, sem misturas, a criação, ensaio e vitória de uma escola de samba", diz "Alegria". Para ele, a insistência na perfeição, contando com gente de gabarito e perseverança, responsabilidade, são pontos básicos para se conseguir bons resultados.

Ele dá um exemplo: Não se pode permitir, antes ou durante os ensaios, como em times de futebol, que o lazer seja misturado com o compromisso. Por isso, na nossa escola, ensaia-se até cansar, desde cedo, e todas as noites. Temos jantões acrescentados que merecem todo o respeito como das melhores do sul do país, a exemplo de Pedrinho, "Dinamo" e seus irmãos, e muitos outros elementos da escola. Enfim, todos têm grande valor, pois dão sua parte de colaboração ao nosso sucesso".

A Amigos do Kênia existe há 10 anos e é pioneira no carnaval de rua em Joinville. Só que há apenas cinco anos há concursos. Desse, o Kênia já venceu três: o primeiro, o do ano passado e o de 80, conseguindo agora para si, definitivamente, o troféu doado

Quase esmolas

"Como eu disse, nosso trabalho é levado tão a sério que só faltou pedirmos esmolas por aí". Não chegaram a tanto os componentes do Kênia, mas "Alegria" deu-se ao trabalho de percorrer a cidade com o Livro-Ouro em mãos, através do qual conseguiu arrecadar quase 50 mil cruzeiros.

Mas seriam necessários cerca de 300 mil cruzeiros para cobrir todas as despesas que o sucesso requereu. Da Prefeitura vieram 50 mil, do Governo do Estado 10 mil, idêntica quantia da Fundação Tupy 20 mil e 20 ligistas de Lumiere e da Nylonisa, e também preciosos colaboradores do comércio local, que facilitou muitas das compras. Tudo a movimentação

Indiscriminação

"Uma escola como a nossa, um clube como o nosso, que inclusive entrará em reformas definitivas brevemente, pois durante o carnaval uma das partes que mais caiu — não daria para aguentar em 81 —, não pode admitir discriminação racial. Veja que nos desfiles havia muitos brancos, e no próximo carnaval haverá mais, pois aqui todo mundo é irmão. Acabou a época em que o "nêgo" só desfilava contente do morro no carnaval, a época em que essa festa era só para os pretos, se bem que é nela que ele estrava. Já ouvimos pedidos de muita "gente boa" daqui, branca, que quer participar no próximo Carnaval. E vai entrar. E outra: quem constrói nossos carros alegóricos e não aceita ter seu passe vendido para outra escola é um italiano."

Carnaval-81

O Kênia, que está para participar dia 19 de abril próximo do centenario do município de Rio Negro

Outros classificados

E embora todo o esforço engendado pelas escolas Aquilônicas do Serro e Unidos do Boa Vista, ambas conseguiram, respectivamente, o segundo e terceiro lugares.

A primeira é comandada pelo popular "Charuto". Apresentou-se muito bem e arrecadou aplausos da assistência e da mesa julgadora. Mas foi comentado que faltaram preparativos mais antecipados.

A Unidos do Boa Vista sofreu problemas com a presidência da Sociedade Estrela da Praia, que proibiu ensaios em seu salão. Foi prejudicado, apesar de a Sociedade de Aflamar Garcia ter se proposto a ajudar no que pudesse: o deu seu salão. Mas também feito à Unidos maior organização e preparação prévia.

Fonte: Jornal Extra, 18/02/1980, p.5. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Na reclamação ao Jornal Extra, como ilustra a figura 25, Alegria fala "[...] nosso trabalho é tão sério, que só faltou pedirmos esmola por aí". A reportagem registra que o presidente percorreu a cidade com o "livro de ouro", mas só conseguiu

50 mil cruzeiros, 60 mil cruzeiros da Prefeitura e 10 mil do governo do Estado. Como precisava de 300 mil cruzeiros para fazer o carnaval, não foi arrecadado nem metade do total necessário.

Ao mesmo tempo que a figura mostra o Prefeito Luiz Henrique da Silveira bebendo na taça conquistada pela Príncipes do Samba (figura 22), ele, quando prefeito da cidade, por mais dois mandatos, de 1997 a 2000 e 2001 a 2002, pouco fez para a retomada do carnaval. Por outro lado, em 1999, a prefeitura inicia pagamentos vultuosos para realizar a Festa das Flores, mesmo período em que o Kênia Clube fica sem sede e, nos anos de 1980, o Kênia deixa de desfilar.

Figura 26 – Divergência políticas fazem o Kênia não desfilar

Kênia, um alegre carnaval na terra dos germânicos

Texto: Aires Zacarias

Quem acredita que em terra de germânico não há Carnaval está redondamente enganado. Muito embora seja uma cidade colonizada sobre a forte tradição alemã, Joinville a cada ano que passa vê seu Carnaval de rua crescer. Do ano de 68 quando saiu pela primeira vez com um pouco mais de 20 participantes até atingir a maioria em 86, a Escola Príncipe do Samba (anteriormente Escola de Samba Amigos do Kênia) teve um crescimento acentuado. Por divergências administrativas que refletiram politicamente, a escola deixou de apresentar-se em duas vezes, ou seja, em 81 e 86, neste ano, porque o prefeito local manteve-se irredutível e preferiu não fazer muitas concessões aos sambistas.

Para o ano de 87, Padilha, Butiaco, Alegria, Odete, prometem um grande Carnaval. Bem ao contrário dos anos anteriores os sambistas movimentaram-se em várias promoções a cata de recursos. Garantem que sairá a escola com 1.000 simpatizantes e que

diante de um trabalho bem elaborado "temos condições de competir com algumas escolas de Florianópolis" desafia o sempre irrequieto Alegria, ex-presidente da escola.

Fundado em 1960, o Kênia Clube Joinville atinge o seu ponto máximo quando inaugura a sua nova sede neste dia 12 de novembro. A antiga sede localizada a rua Botafogo, resta apenas a saudade de antigos carnavales. Das festinhas dominicais muitos casamentos saíram. A reinauguração do Kênia conta com o aval de um poderoso grupo empresarial que resolveu investir no Carnaval joinvilense. Temos certeza que o resultado em 87 será mais que satisfatório.

Neste dia 13, o clube homenageará antigos presidentes com a inauguração de sua galeria. Velhos paladinos do clube serão homenageados como Manoel Braz, Otávio Carlos de Oliveira, Luiz Paulo Alegria do Rosário, Oscar Rodrigues, Miguel da Silva, Zacarias Filho, entre tantos outros que ajudaram a manter o Carnaval em terra de alemão.

Kênia Clube inaugura a sua sede

Joinville — A Sociedade Beneficente Kênia Clube Joinville vai fazer com muita festa, no próximo dia 12, a apresentação de sua sede, situada à rua Botafogo, bairro Itaum. A sede vai dar a independência econômica ao clube, que passará a efetuar diversas promoções para levantar verbas ao desfile de carnaval, quando a escola Príncipes do Samba — do Kênia Clube — vai participar com 1.100 integrantes.

O custo total das obras da sede da sociedade foi de Cz\$ 500 mil. Não houve qualquer ajuda de órgãos públicos, segundo o presidente do conselho deliberativo do clube, João Nestor Padilha. Quem bancou a obra foi um industrial local, que será homenageado na festa de inauguração. Este empresário vai ter seu dinheiro de volta, afirmou Padilha, através da venda de títulos do clube.

Na noite da apresentação da sede, será mostrada aos presentes a galeria dos ex-presidentes do clube e será feita a entrega de títulos da sociedade às pessoas que fundaram o Kênia. O embaio será dos melhores, pois estará nas mãos do conjunto Pop Band — das 22 às 2 horas da madrugada e a partir daí, até as 4 horas, Juran — dir e seu Grupo.

Desfile

O orçamento da Escola Príncipes do Samba para o Carnaval / 87 já está definido. Será de 600 mil cruzados. Todo este dinheiro será levantado em promoções que a partir de dezembro serão realizadas no Kênia Clube. Para 13 de dezembro, já está marcada a eleição da mais bela mulata catarinense do ano, uma promoção do Kênia que será realizada, porém, no Gigantão do Floresta.

Fonte: Jornal de Santa Catarina, 08/11/1986, p.4. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Conta-se que, mesmo campeã em 1980 e 1986, a escola deixou de desfilar, aparentemente, por divergência internas e políticas com a administração do Prefeito Wittich Freitag. Ainda que o prefeito fosse do MDB, as críticas aconteceram, como verifica-se na matéria do jornal de Santa Catarina (1987, p.04).

O artigo de jornal, ilustrado na figura 26, mostra as divergências políticas e transborda os conflitos internos e externos da instituição, explicando a fragmentação que culmina a mudança da escola para o Príncipes do Samba, em 1987.

Os relatos dão conta que a fragmentação interna foi motivada pela Professora Maria Laura, então presidente do Clube, que queria outros rumos para o Clube. De acordo com a entrevistada Nara Ferreira (2023), “Ela não queria a escola de samba ali dentro. Ela queria tornar a sociedade Kênia uma sociedade afrodescendente mesmo, mas sem presença da escola de samba. O porquê, não me pergunta, porque eu não sei.”. Tal posição levou a escola a ensaiar no salão do Fluminense, na rua Florianópolis, nº 1.600, Itaum.³⁷ A escola de samba volta a ensaiar no Clube com o fim da presidência de Maria Laura, e recebe o nome de Príncipes do Samba. De acordo com Nara Ferreira (2023):

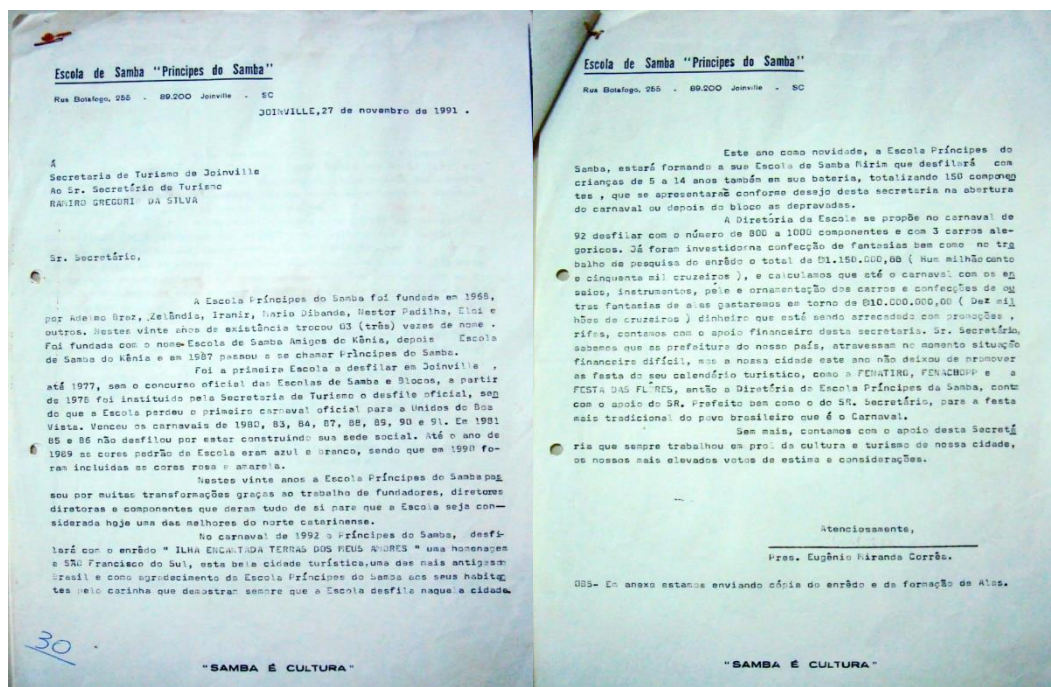
[...] A história diz, que é por causa da Protegidos da Princesa. Lá de Florianópolis. Porque o João Nestor Padilha morava em Joinville e o Nilo Padilha morava em Florianópolis. Aí como tinha essa União, tipo aqui o Kênia ajudava a Protegidos, e Protegidos também dava uma injeção na Príncipes do Samba. Aí então o Padilha deu a ideia [...] já que é pra mudar o nome, vamos colocar Príncipes do Samba.

Os irmãos Padilha foram essenciais para a história do Clube. Nestor Padilha esteve presente em inúmeros momentos, como na troca de nome da escola. A aproximação com a Protegidos da Princesa, de Florianópolis, reforça a compreensão da importância das trocas sociais com clubes e agremiações negras. Sua influência foi essencial após a ruptura interna, no momento que a Prefeitura Municipal cortou a verba do carnaval.

O corte de verbas do carnaval de 1991 levou a direção da Príncipes do Samba a protestar, enviando uma carta ao poder municipal, endereçada ao Secretário de Turismo Ramiro Gregório da Silva, responsável por promover o carnaval da cidade.

³⁷ Cabe a lembrança, Maria Laura fundou o Instituto Afro-brasileiro (1999).

Figura 27 – Carta reivindicatória da Príncipes do Samba



Fonte: Jornal de Santa Catarina, 08/11/1986, p.4. Acervo do Arquivo Histórico

A figura 27 revela a firme posição política da Príncipes do Samba, apresentando argumentos relevantes em seu favor, na busca pelo direito a cultura. Em sua defesa, a Escola descreve os campeonatos que ganhou, a participação da escola no carnaval de São Francisco do Sul, na qual, inclusive homenageou a cidade, com 150 crianças e adolescentes como componentes, e com o total de 1.000 foliões.

Mas, também, reforça a denúncia em relação aos cortes para o carnaval enquanto a Festa das Flores, Fenachop e a Fenatiro são mantidas no calendário de festa do município. As notícias revelam, novamente, a operação do racismo institucional em Joinville, ao manter as festas ligadas às culturas europeias, negando a festa ligada às tradições afro-brasileiras.

Fato é que, em 1992, acaba o carnaval, o Kênia passa por dificuldades financeiras, o que desemboca na perda temporária da sede. No entanto, a sua existência histórica e a manutenção das culturas afro-brasileiras na sede, mesmo sem a posse, fizeram a juventude negra manter a história do Kênia Clube viva. Capitaneado pelo movimento Hip Hop da cidade, o Clube realiza shows nacionais, como o do rapper Sabotage, no ano de 2003.

Figura 28 – Show do rapper Sabotage



Fonte: acervo pessoal de Everton Góis, 1999

O registro, figura 28, do show nacional do Sabotage, referência do rap, além de um acontecimento histórico, mobilizou a juventude da cidade. No entanto, seu assassinato, com 29 anos, reforça que genocídio da juventude negra é uma questão que o estado brasileiro ainda não resolveu. Entretanto, o legado de Sabotage, de certa forma, foi preservado no Kênia, como descreve Everton Góis (2024):

Para mim a importância do Kênia é para a história de Joinville, ali tiveram grandes momentos, foi ali que vi o show do Sabotage, o show SNJ, Pentágono. Sem falar na rapaziada de Joinville. Inúmeros shows que eu vi ali, de pessoas que nem mais estão atuando, cantando né e tem pessoas que estão até hoje. Então para mim é histórico né. Tipo é uma grande importância, para o movimento Hip Hop. E pra Joinville, né. Tivemos muitas atrações ali. E sem falar para os negros né. Primeiro Clube Negro que abriu as portas.

Everton Góis (2024) descreve a importância do Kênia para ele, ao comentar que a primeira vez em que esteve em um evento de rap foi no Kênia, quando ele tinha 15 anos. Ele evidencia o Clube como espaço de experimentação da cultura negra em Joinville, a partir do rap. Nesse sentido, entende a importância histórica para a cidade, com shows de grupos de rap nacional que influenciaram gerações da juventude negra.

Impressiona o fato do Clube continuar sendo centro de referência preta, mesmo com a Designer, que teve atividades ligadas a cultura afro-brasileiras e periféricas. Ao descrever os aspectos musicais que viu no Kênia, comenta o entrevistado, Everton Góis (2024) “[...] foi samba, pagode, hip hop [...] algumas apresentações de religiões de matrizes. Algumas reuniões, palestras. Teriam muitas coisas que a gente participa [...] E a parada do Kênia é tu se sentir em casa”.

O sentir estar em casa reforça a compreensão de Kabenguele Munanga (2012), sobre os clubes sociais negros como territórios negros, que reforçam os laços ancestrais, afetivos e comunitários, permitindo a juventude negra vivenciar aspectos culturais e sociais em partes rompidos e ou interditados pelo processo colonial.

As falas confirmam que o Kênia opera na contramão do discurso do estatuto colonial (Mbembe, 2001), fazendo da fresta possibilidade e estratégia de sobrevivência em uma sociedade violenta e desigual (Simas, 2023), projetadora da morte da população negra, especialmente da juventude. A violência opera tanto física, psíquica e epistêmica (Rufino e Simas, 2018). Nesse sentido, é salutar afirmar que, mesmo estando concedido, o clube não deixou de ser referência. Assim, podemos afirmar que coube a juventude negra e periférica a função de deixar vivo o clube, durante a década de 1990 e início do século XXI.

A retomada das atividades no Clube, durante o século XXI, ampliou a presença da juventude e a pluralidade musical no Kênia Clube, a partir da presidência de Deivison Maicon Garcia, em 2015, com 31 anos. Vai ser em sua gestão que temos o pedido de registro do Kênia Clube como patrimônio imaterial. A Príncipes do Samba torna-se vice-campeã do carnaval de 2015, depois do retorno do carnaval competitivo na cidade (A Notícia, 2015).

Figura 29 – Diretoria do Kênia gestão 2015



Fonte: Página do Kênia Clube no Facebook, 09/04/2015 . Acesso em: <https://x.gd/No5Yq>

Na figura 29, podemos visualizar a diretoria eleita para o exercício 2015 - 2019³⁸, Presidente: Deivison Garcia; Vice-presidente administrativo: Sandro Silva; Vice-presidente financeiro Deyvid da Silveira; Diretor Social: Valdir Konell; Diretora de comunicação e imprensa: Elaine Pereira Gonçalves; Diretor de esportes: Diego Marcos de Oliveira; Secretaria geral: Ana Paula Nunes Chaves; Conselho Fiscal: Efetivos: Ideraldo Luiz Marcos (Neco); Luiz Mario Pereira, João Nestor Padilha. Suplentes: Antonio Bernardino Filho (Riska), João Luis Viana, Alessandra Cristina Bernardino na foto. Representando a velha guarda, estão na foto Seu Padilha e Dona Fioca; não estão na foto Alessandra Bernardino e Deyvid da Silveira.

Em suma, a figura 29 também mostra a abertura e presença das pessoas brancas na direção. Inicialmente, pessoas brancas eram proibidas de dançar nos bailes da instituição, algo que parece ser em resposta a segregação sofrida em outros clubes da cidade. No entanto, como explica Adelmo Brás (2023) “[...] o Salão de preto, era de preto e salão de branco era dos brancos[...]” *No Kênia* [...] o branco podia participar, mas não podia dançar né”. O relato revela uma vedação não expressa no estatuto, por exemplo, mas uma expressa em dançar no clube; indiretamente, podemos pensar uma vedação na participação da direção.

³⁸ A informação com os nomes pode ser obtida na página de facebook do Kênia <<https://www.facebook.com/kenioclube/photos/pb.100053483216115.2207520000/461629120660630/?type=3>>

A presença da juventude e das mulheres denota um período de presença cada vez mais marcada por setores que sempre estiverem no Clube, mas pouco registrados nos documentos. As presenças desses setores acentuam-se na organização do carnaval de 2015, como indicam as fotos presentes nas redes sociais da Príncipes dos Samba.

Figura 30 – Reunião da Comissão de Carnaval



Fonte: Página do Kênia Clube no Facebook, 14/03/2015. Disponível em <<https://x.gd/Z6TMO>>

A figura 30 registra a reunião de avaliação da Príncipes do Samba no ano de 2015. Nota-se a presença marcante da juventude no Clube, em 2015. Entretanto, com a saída de Deivison Garcia da presidência, assume Sandro Silva, vice-presidente, já com uma diretoria reduzida. No ano de 2017, o Clube praticamente fica sem atividade. Com a crescente preocupação na preservação da entidade, organiza-se o movimento Kênia é nossa Casa.

Figura 31 – Reunião do Movimento o Kênia é a Nossa Casa

Figura 32 – Diretoria do Kênia Clube 2019 a 2021



Fonte: Página pessoal de Paulo Junior no Facebook, 25/10/2017



Fonte: Arquivo Pessoal de Anne Silva

A figura 31 registra a primeira reunião do movimento O Kênia é Nossa Casa³⁹, com a participação do Movimento Negro Maria Laura, Coletivo de Mulheres Negras Ashanti, grupos de Maracatu Morro do Ouro e Baque Mulher, Príncipes do Samba e Capoeira Aruandê. Alguns desses movimentos passaram a serem residentes do Kênia, pagando um aluguel para as atividades na entidade.

A figura 32 apresenta a diretoria do Kênia Clube no exercício de 2019 a 2020. Estão na foto, da esquerda para direita, Carlos Romão, Fabiano Oliveira, Sandro Silva, Anne Silva, José Dias, Tais Regina Silva e Paulo Ricardo Junior. Entretanto, não temos registro da posse em ata. A ata de posse da diretoria no exercício de 2021 a 2024 registra a ausência de atividade e eleição entre os anos de 2019 a 2020. No entanto, pesquisando nas páginas das redes sociais do Clube, temos registros de atividades entre 2019 e 2020. Durante a pandemia, somente foram movimentadas as mídias sociais do Clube.

Identificamos que Sandro Silva renuncia a direção. Em entrevista, Nara Ferreira (2023) confirma que Anne Silva assumiu a presidência da entidade; entretanto, sem o devido registro. Essa diretoria foi um desdobramento do movimento Kênia é a Nossa Casa, organizado em 2017, para retomar as atividades no Clube⁴⁰, composto por diversas organizações, como os movimentos negros, que estão presentes no Kênia desde 2015.

³⁹ Registro de ações do Movimento Kênia é nossa Casa podem ser encontradas na página do Kênia no Facebook <<https://www.facebook.com/keniacube>>

Os movimentos sociais negros da cidade foram aliados de primeira hora do Kênia Clube -nomeadamente, o Movimento Negro Maria Laura e o Coletivo de Mulheres Negras Ashanti. Compreende-se, assim, novamente, o valor histórico do Kênia para a população negra da cidade.

Figura 33 – Reunião unificada Movimento Negro de Joinville



Fonte: Página Movimento Negro Maria Laura no Facebook, 30/01/2015 .

Acesso: <<https://x.gd/XxWz3>>

A reunião unificada dos movimentos negros da cidade, no Kênia Clube, com presença do Maracatu Moro do Ouro ⁴¹, foi registrada na figura 33. A imagem revela a sensibilidade da instituição com o movimento negro organizado da cidade. Exemplos disso são os inúmeros eventos organizados pelo Movimento Negro Maria Laura, principalmente os lançamentos de livro.

⁴¹ Para maiores informações sobre o grupo acessar <<https://www.facebook.com/grupo.ouro>>

Figura 34 - Lançamento da Biografia de Antônia de Barros



Fonte: Página do Movimento Negro Maria Laura no Facebook, 25/11/2022

Figura 35 - Lançamento do livro Fragmentos Negros



Fonte: Página do Movimento Negro Maria Laura no Facebook, 18/05/2022

As figuras 34 e 35 apresentam a parceria com o Movimento Negro Maria Laura (MNML), entre reuniões, eventos, formações e lançamentos de livros, permitindo, novamente, pensar o Kênia Clube enquanto abrigo da luta antirracista na cidade. No caso do citado movimento, a parceria é estendida às reivindicações políticas importantes, registradas no primeiro artigo dessa dissertação.

Também foram organizados debates com candidatos negros e negras, assim como reuniões de organização de manifestações e conferências relacionadas às populações negras da cidade. Em verdade, os movimentos sociais negros de Joinville são uma reatualização das lutas empregadas pelo Kênia na cidade.

Considerações Finais

Após investigar as relações entre identidade, memória e diferença na história do Kênia Clube, percebe-se a essencialidade desses conceitos na compreensão da história do Clube. Concluímos que, sem a devida compreensão, podem-se criar lacunas explicativas, ocultadoras dos momentos centrais da instituição.

Buscamos, nas fontes orais e documentais, meandros das ações da instituição, para verificar as estratégias usadas pelo Clube para reforçar a negritude como identidade positiva da população negra em Joinville/SC, participante ao longo da história da entidade. Verifica-se profunda consciência e intencionalidade na utilização da identidade como ferramenta de proteção e valorização da população negra, se tratando, especialmente, de uma população atravessada pelo discurso do mito da cidade alemã, que tem o “branco branquíssimo” como ideal (Santos, 1983).

Dito de outra forma, o Clube teve a função de confortar a subjetividade da população negra, ao garantir, minimamente, a positivação da estética, da cultura e do corpo negro, enfrentando poderosos jogos de poder operados através da memória coletiva. Nesse sentido, pode-se afirmar que Kênia foi e ainda é um difusor das memórias afro-brasileiras da cidade; ao menos, de memórias relacionadas a sua história.

Como difusor da memória, a entidade tensionou a memória social da cidade, em toda sua existência, cumprindo função de memoriar a cultura negra. Sua existência denuncia a segregação racial na cidade, lembrando-nos que o racismo e o projeto de embranquecimento foram a razão do empreendimento do império brasileiro no século XIX. Assim, a Sociedade Kênia Clube balança o projeto excludente e racista, na medida que resiste e valoriza as diferenças em relação à hegemonia dos grupos no poder.

Devemos admitir que o Clube está imerso na lógica de poder e acaba reproduzindo lógicas ocultas, deixando, por vezes, de falar, e negando a diferença em sua história. Contudo, é difícil escamotear a marcante presença das mulheres e da juventude na entidade; a escassez de documentos não consegue driblar a memória e a oralidade. No caso das mulheres, sua presença é tão impactante que é preciso discutir seu reconhecimento e preservação de sua história.

Nesse sentido, humildemente, sugerimos que a entidade inclua, como sócias fundadoras ou sócias eméritas, no estatuto do Clube, Dona Ladir Coelho, Dona Dulce do Rosário, Mércia Lopes, Maria Laura, Tia Fioca e Dona Luiza. Como forma de fazer lembrar, para não cair no esquecimento, e honrar a tradição matriarcal das culturas africanas e afro-brasileiras; pois, sem elas, não se teriam carnavais, feijoadas, galinhadas, samba, hip hop, e nem mesmo a juventude teria um espaço social para chamar de seu e vivenciar sua juventude. Por isso, ao nosso ver, essa correção histórica é fundamental.

Por fim, concluímos que o Kênia Clube demarca um lugar social potente e emancipador da população negra, responsável direto pelo fortalecimento social, identitário, histórico, cultural e psicológico de muitas gerações em Joinville. Vetor do carnaval de samba da cidade - inclusive, responsável por garantir, a duras penas, o direito à cultura das pessoas brincantes dos carnavais de rua em Joinville. Por isso, devemos referenciar seu papel ancestral, sempre exigindo a devida valorização.

Considerações finais

A duradoura história de 60 anos do Kênia Clube mostra sua capacidade de sobreviver em meio à falta de valorização e financiamento dos órgãos públicos de Joinville, sendo um símbolo da resistência negra na cidade. O reconhecimento como patrimônio imaterial da cidade, com 62 anos, em um processo que levou 7 anos, dá pistas do racismo institucional presente nas instituições de estado.

Na verdade, a negligência com a patrimonialização do Kênia é reflexo do descaso com a história dos Clubes Sociais Negros em todo o Brasil. Mesmo sendo instituições centenárias e presentes em todo o país, aos olhos das instituições responsáveis, elas não têm a devida importância, como evidenciado pela negativa em torná-las patrimônios culturais brasileiros.

No entanto, a população negra deu a devida importância a clubes como o Kênia, garantindo a continuidade histórica dessas instituições, com luta e resistência, em territórios hostis aos corpos e toda sua cultura. Estabelecendo-se como território de identidade e memória negras, esses clubes desempenham um papel decisivo para a juventude negra se reconhecer.

É importante lembrar o papel decisivo da juventude e das mulheres na constituição histórica do clube. É impossível entender a história da instituição sem narrar o papel que ambos desempenham na vida do Kênia. Mesmo que as mulheres não sejam lembradas nos documentos, elas formam e continuam sendo centrais na vida do clube. Da mesma forma, a juventude teve um papel crucial, pois foi seu espírito transgressor que desafiou a segregação racial, impulsionando a fundação da entidade.

Em meio a adversidades, conflitos e disputas internas, o Kênia Clube marcou a história da população negra do município, ao longo de diversas gerações. Reafirmando a importância da identidade, memória e cultura negra na tentativa de se conectar com o território africano, o clube mantém viva a ancestralidade.

Nesse sentido, o Kênia é um patrimônio negro, dotado de memória, sentidos e cosmovisão, que permitiram, na fresta da colonialidade do poder brancocêntrico, o conforto subjetivo para a população negra deste território. Disputando e tensionando as narrativas da cidade, pode-se afirmar que o clube foi um grande formador e impulsionador da negritude em Joinville.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, MARTA; BRASIL, Eric; MONTEIRO, LÍVIA; XAVIER, Giovana, Livia Monteiro (org). **Cultura Negra vol. 1: festas, carnavais e patrimônios negro**. Niterói/RJ: Eduff, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?**. Coletânea: Feminismos Plurais. Belo Horizonte. 2018.

A NOTÍCIA. **Kênia Se Despede com show de pagode**. Jornal A Notícia, Joinville, 27 de setembro de 1997, p.10.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE KÊNIA CLUBE. Ata de Posse. Joinville-SC, 21 de setembro de 2021.

Brasil. **Ato Institucional Número 2**, de 27 de outubro de 1965. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano X, n. 1, p. 17483, 27 out. 1965.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALLINI, Marta. **Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE**. G1, São Paulo, 11 de nov de 2022. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>>

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. In: DUARTE, Alice (ed.). *Seminários DEP/FLUP*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020.

CARDOSO, Marcos Antônio. **Patrimônio Cultural Negro-Africano: Desafios Contemporâneos**. In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázio (org). *Patrimônio Cultural, Território e Identidades*. Florianópolis: Atilênde, 2012. p. 21-39.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras (Companhia de Bolso), 2006.

DIAS, Maria Cristina. Entrevista concedida ao NSC. **Nomes de Joinville: conheça a história de Helmuth Fallgatter**. [Entrevista]. NSC. 04 mai. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11590119/?s=0s>. Acesso em: (15 dez, 2023).

DIOP, Cheick Anta. **Unidade Cultural da África Negra: As esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica**. Tradução por Sílvia Cunha Neto. Coleção Rer Africa. Luanda, Angola: Editora Mulemba, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888 - 1930)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.34. nº 67, p. 251 – 281.

DOMINGUES, Petrônio. **Clubes Sociais Negros: Tecendo Resistência, Fazendo História**. Palestra apresentada no Seminário Internacional dos 150 anos do Clube Floresta Aurora, 2022.g

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fator, 2020.

FANON, Frantz. **Racismo e cultura**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Fundação Catarinense de Cultura. (2022). **Tombamentos Estaduais**, 2022. Florianópolis.

GATE Jr, Henry Louis. **Os Negros na América Latina** (1ª ed. Donaldson M. Garchagen, Trans.). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **A escravidão em uma colônia de “alemães”**. ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (12a ed., 1a reimpr., T. T. Silva & G. L. Louro, Trans.). Rio de Janeiro: Lamparina, (2015).

HOBBSBAWM Eric; RANGER, Terence. **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPHAN **Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial**. Brasília. IPHAN, 2016.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, 2014.

KÊNIA. **Já esperava o primeiro lugar**. Extra, Joinville, p. 5, 25 fev./3 mar. 1980.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe B; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **A Descolonização da África: Nacionalismo e Socialismo.**

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, p. 1-45, jun. 2017.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo/** 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, Kabenguele. **Território e Territorialidade como Fatores Constitutivos das Identidades Comunitárias no Brasil: Caso das Comunidades. Quilombolas/n:** NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, NASCIMENTO, Tânia Tomázio (org). Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades. Florianópolis: Atilênde, 2012. p. 15 – 19.

NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, NASCIMENTO, Tânia Tomázio (org). **Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades.** Florianópolis: Atilênde, 2012.

OSÓRIO, Maria da Consolação Pereira. **Fragmentos da História da população de origem africana em Joinville: A Fundação do Kênia Clube (1960-1965).** Monografia (Especialização em História e Historiografia do Brasil) - Universidade da Região de Joinville. Joinville, p.36. 1996.

PAIVA, Marcelo Cadoso. Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 41, nº 88, 2021. pp. 57-80. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/q9hD3F5qsTV4TmF4mqzkxQJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28/06/2023.

PESSOA, Mônica Nascimento; VENERA, Raquel Alvarenga Sena. **Memórias de Dançadeiras do Marabaixo: educação étnico-racial e patrimônio cultural Afro-brasileiro.** PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo; RASCHE, Karla Leandro (org). Festas da diáspora negra no Brasil. Porto Alegre: Pacartes, 2016.

PREFEITURA DE JOINVILLE. **Cadernos do Patrimônio - Sociedade Kênia Clube,** v. 1, ago. 2023.

RIBEIRO, Katiúscia. **Mulheres negras e a força matricomunitária.** [Comentarista]. Revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/sobre/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2023.

ROMÃO, Jeruse Maria. **Mulheres Negras Clubistas e Educação.** Seminário Internacional dos 150 anos do Clube Floresta Aurora. 1., 2022, Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 1937/1968.** Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. **Fogo no Mato - A ciência encantada das macumbas**. 1. ed. Rio de Janeiro. Mórula, 2018.

SÁ, Julio Cesar de. **Turma VIII - MPCS Sociedade Beneficente Kênia Clube de Joinville 2015**. UNIVILLE, 20 de dezembro de 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=xxxxx>. Acesso em 16 dez. 2023.

SANT' ANNA, Cassia Katarine; MORAES, Guilherme José. (2023). **Os espelhos digitais da branquitude: tecnologias contemporâneas digitais e a perpetuação do racismo e xenofobia contra imigrantes negros**. Apresentado no Congresso dos Pesquisadores Negros, Universidade Estadual do Paraná, Ponta Grossa.

SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil. A trilha de um ciclo vicioso**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SEYFERTH, Giralda. **COLONIZAÇÃO, IMIGRAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL**. Revista USP, n.53, p. 117-149, mai, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>. Acesso em: 13 out.2021.

SILVA, Denize Aparecida da. **“PLANTADORES DE RAIZ”: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville - 1845/1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p.121. 2004.

SILVA, Karine de Souza. **A mão que afaga é a mesma que apedreja: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil**. Revista: Mbote. V.1n.1 jan/jun, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. **Cervejinha com Luiz Antônio Simas**. Em: Lado B do Rio. Ep: 300. Spotify, 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6LUvUls7C3zt2fIX4mVFiW>. Acesso em: (16 dez, 2023).

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

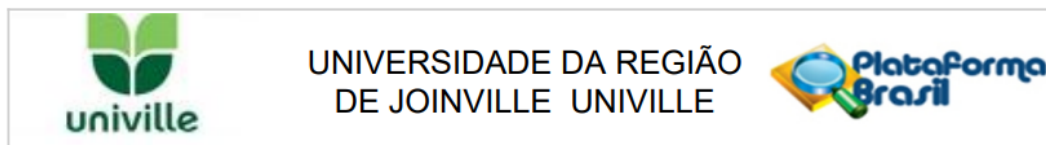
SOCIEDADE BENEFICENTE KÊNIA CLUBE DE JOINVILLE. **{Estatuto da Sociedade Beneficente Kênia Clube de Joinville}**. Joinville: [Nome da Editora, se aplicável], 1964

SOUZA, Karine Almeida de. **Clubes Sociais Negros e agência educadora negra no século XX: o Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio**. Revista do curso de História de Araguaiana. Vol. 13, n. 2 (2021) p. 116-136. Disponível em < file:///C:/Users/RODRIGO%20TAVIO/Downloads/revistaescritas,+06+ +Art+Karina+-+sess%C3%A3o+livre%20(1).pdf>

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992.

ZANLORENSSI, Gabriel; HEMERLY, Giovanna. **A desigualdade racial no mercado de trabalho desde 2012**. Nexo, São Paulo, 07 jul de 2023. Disponível em < <https://pp.nexojornal.com.br/Dados/2023/07/07/A-desigualdade-racial-no-mercado-de-trabalho-desde2012#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20dado,a%20principal%20fonte%20de%20desigualdade.>> >

Anexo



Continuação do Parecer: 5.546.683

Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_justado.pdf	15:36:21	FERNANDES	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	carta_resposta.docx	14/07/2022 15:33:54	RHUAN CARLOS FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_plataforma.pdf	28/04/2022 12:33:05	RHUAN CARLOS FERNANDES	Aceito
Outros	Ques_entrevistas.pdf	28/04/2022 11:25:40	RHUAN CARLOS FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/04/2022 11:08:39	RHUAN CARLOS FERNANDES	Aceito
Folha de Rosto	Projeto_entrevista.pdf	27/04/2022 13:35:58	RHUAN CARLOS FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 27 de Julho de 2022

Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador(a))

TCLE – Assinados

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor/a Dulce Rosário está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra. Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Rhuan Carlos Fernandes
Rhuan Carlos Fernandes - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Dulce Rosário, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: _____

Assinatura do Participante: Dulce Rosário Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville

Telefone para contato: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor(a) Adilmo Manoel Brun está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra. Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Rhuan Carlos Fernandes
Rhuan Carlos Fernandes - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Adilmo Manoel Brun, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: 25 de Julho de 2023

Assinatura do Participante: [Assinatura] Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville

Telefone para contato: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor/a Lucia Nara Ferreira está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Rhuan Carlos Fernandes - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Lucia Nara Ferreira _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informados e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: Florianópolis, 19 de novembro de 2023 _____

Assinatura do Participante: Lucia Nara Ferreira Na Fresta
do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em joinville Na Fresta do
Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em joinville

Telefone para contato: (47) 99359412 _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor/a Everton dos Reis de Gois, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Rhuan Carlos Fernandes - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Everton dos Reis de Gois _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: Florianópolis, 19 de novembro de 2023 _____

Assinatura do Participante: Everton dos Reis de Gois Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em joinville Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em joinville

Telefone para contato: (47) 997875659 _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor/a **Vanessa da Rosa** está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Rhuan Carlos Fernandes - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Vanessa da Rosa, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informada e esclarecida sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: Joinville, 16 de janeiro de 2024.

Assinatura do Participante: Vanessa da Rosa Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville

Telefone para contato: (47) 99109-3925

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor/a Rosiane Aparecida Silva está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra. Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Rosiane Aparecida Silva _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informados e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: Florianópolis, 19 de novembro de 2023 _____

Assinatura do Participante: _____ Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em joinville Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em joinville

Telefone para contato: (48) 991590939 _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Senhor(a) Luiz Paulo de Barros está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville**, coordenada por Rhuan Carlos Fernandes da Universidade da Região de Joinville (Univille) e como pesquisador o aluno Rhuan Carlos Fernandes, estudante do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, supervisionado pelas professoras Dra. Luana De Carvalho Silva e Dra Roberta Barros Meira. Este projeto tem como objetivo investigar os patrimônios culturais e espaços de memórias da população negra e as suas relações com o tempo presente na cidade de Joinville/SC.

Sua participação na pesquisa se dará por intermédio da concessão de uma entrevista oral. É importante saber que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Você terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza. Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. Todo participante terá livre acesso aos resultados do estudo os quais estarão disponíveis em uma plataforma online (One Drive) tendo os participantes acesso via link ou através de solicitação ao pesquisador que terá esses resultados em seus arquivos pessoais. Também será garantido esclarecimento antes e durante a pesquisa, sobre a metodologia ou objetivos.

Devido a isso, os riscos a que você, como participante, será submetido serão mínimos, para evitar a transmissão de doenças respiratórias o entrevistador usará máscara, recomendando que o participante também utilize, para minimizar possíveis contaminações. É importante salientar caso ocorrendo algum dano, o entrevistado será indenizado.

Esta pesquisa terá os seguintes benefícios: a) Dentre os benefícios gerados com essa pesquisa, destaca-se: saber qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube; b) Conhecer qual a relação dos entrevistados e o Kênia Clube c) Produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural da população negra de Joinville.

Você terá garantia de acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador o Rhuan Carlos, mestrando no Programa de Pós-graduação da Univille, que pode ser encontrada pelos nos telefones (47) 999263786 no horário das 08 h às 11h.

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89.219-710 – Joinville / SC.

Após os esclarecimentos acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o este consentimento, que está em duas vias e o termo de doação de sua entrevista gravada para o Laboratório de História Oral (LHO) da UNIVILLE. Uma cópia do documento de consentimento é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Atenciosamente,

Rhuan C. Fernandes
Rhuan Carlos Fernandes - Responsável pela pesquisa

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, Luiz Paulo de Barros, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: _____

Assinatura do Participante: [Assinatura] Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville Na Fresta do Apagamento: Patrimônios negros e espaços de memórias em Joinville

Telefone para contato: 47 989162891

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 29/07/2024.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (x) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Rhuan Carlos Fernandes

Orientadora: Dra. Luana de Carvalho da Silva Coorientadora: Dra. Roberta Barros Meira

Data de Defesa: 27/02/2024_____

Título: NA FRESTA DO APAGAMENTO: O KÊNIA CLUBE PATRIMÔNIO NEGRO DE JOINVILLE/SC_____

Instituição de Defesa: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Documento assinado digitalmente
gov.br
RHUAN CARLOS FERNANDES
Data: 29/07/2024 18:14:09-0300
Verifique em <https://verificar.it.gov.br>

Assinatura do autor

Joinville, 29 julho de 2024

Local/Data